

Meta HVM - 4º Trimestre de 2018

6.1. Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP N° 104/2009

Companhia Docas do Estado de São Paulo
Equipe Multidisciplinar
Santos, Dezembro de 2018

Sumário

1. Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança	5
1.1. Estrutura Organizacional	5
1.2. Quadro de funcionários.....	6
1.3. Ações de Treinamento, Capacitação e Educação	7
2. Identificação e Acompanhamento de Requisitos Legais	8
2.1. Licenciamento Ambiental.....	8
2.2. Planos e Programas de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança.....	25
2.2.1. Programas de Gestão Ambiental (LO Nº 1382/2017).....	25
2.2.2. Plano de Controle Integrado de Vetores – PCIV	28
2.2.3. Plano de Inspeção de Condições Favoráveis ao Abrigo e Proliferação de Fauna Sinantrópica Nociva nas Áreas Arrendadas do Porto de Santos	29
2.2.4. Plano de Resposta às Emergências em Saúde Pública no Porto de Santos (PRESP).....	29
2.2.5. Plano de Área do Porto De Santos e Região	30
2.2.6. Plano de Emergência Individual - PEI	32
2.2.7. Plano de Controle de Emergência – PCE	34
2.2.8. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA	35
2.2.9. Plano de Ajuda Mútua do Porto de Santos.....	35
2.2.10. Programa de Educação Ambiental.....	36
2.2.11. Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	36
3. Instrumentos de Planejamento do Setor Portuário Nacional	36
3.1. Plano Mestre.....	36
3.2. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ	36
3.2.1. Situação dos trabalhos de atualização do PDZ.....	36
3.2.2. Expectativa para finalização de uma primeira versão completa, segundo a Portaria Nº 3/2014	37
3.2.3. Ações tomadas para estruturar equipe do PDZ na CODESP	37



3.2.4.	Próximas Ações Previstas.....	38
4.	Ações de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança.....	39
4.1.	Segurança Pública Portuária	39
4.1.1.	Ações Concluídas em 2018.....	39
4.1.2.	Ações a serem cumpridas em 2019:	39
4.2.	Saúde e Capacitação do Trabalhador Portuário	40
4.2.1.	Ações em Saúde do Trabalhador Desenvolvidas sob Responsabilidade da Enfermagem do Trabalho	49
4.2.2.	Ações em Saúde do Trabalhador Desenvolvidas sob Responsabilidade da Fonoaudiologia	59
4.3.	Emergência e Contingência.....	60
4.3.1.	Controle Integrado de Vetores	60
4.3.1.1.	Ações de Conscientização	70
4.3.2.	Programa de Controle de Pombos	73
4.3.3.	Plano de Área do Porto de Santos e Região.....	73
4.3.4.	Plano de Emergência Individual - PEI	73
4.3.5.	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA	74
4.3.6.	Plano de Ajuda Mútua - PAM	74
4.3.7.	Plano de Controle de Emergência - PCE	76
4.3.7.1.	Ações emergenciais e regulamento para Transporte de Cargas Classe tipo 7.....	77
4.3.8.	Monitoramento Permanente de Atividades realizadas nos Terminais de Graneis Líquidos	77
4.3.9.	Estudo de Análise de Risco / Plano de Atendimento a Emergências / Programa de Gerenciamento de Riscos.....	78
4.3.10.	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB	78
4.3.11.	Avaliação de Planos de Segurança de Obras e Serviços	80
4.3.12.	Sistema Porto Sem Papel	80
4.3.13.	Plano Anual de Fiscalização – PAF 2018	82

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

4.3.13.1. Vigilância Sanitária.....	82
4.3.13.2. Segurança do Trabalho.....	83
4.3.13.3. Meio Ambiente	86
4.3.14. Normalização da Prestação de Serviços de Mergulho e Atividades Subaquáticas nas Áreas do Porto Organizado de Santos.....	90
4.4. Qualidade do Ar.....	91
4.5. Qualidade da Água	91
4.6. Resíduos Sólidos.....	94
4.7. Efluentes Líquidos	98
4.8. Monitoramento de Biota, Bioindicadores e Biomonitorios	99
4.8.1. Biota aquática.....	99
4.8.2. Programa de Monitoramento da Avifauna.....	105
4.9. Monitoramento de Biota Bioinvasora.....	106
4.10. Educação Ambiental	106
4.11. Certificações.....	109
4.12. Comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhas, indígenas e etc.) .	110
4.12.1. Terras Indígenas.....	110
4.12.2. Comunidades Quilombolas	112
4.12.3. Comunidades Ribeirinhas	113
4.13. Igualdade de Gênero e Direitos das Mulheres.....	114
4.14. Acessibilidade nos Portos.....	115
4.15. Relação Porto-Cidade	116
4.16. Demais ações.....	120
5. Campanhas e eventos realizados	121
6. Anexos	121

A d

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

Conteúdo

1. Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança

1.1. Estrutura Organizacional

A Superintendência de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho – SUMAS da Codesp está subordinada hierarquicamente à Diretoria da Presidência – DIPRE, conforme estrutura organizacional, mas subordinada funcionalmente à Diretoria de Relações com o Mercado e Comunidade – DIREM.

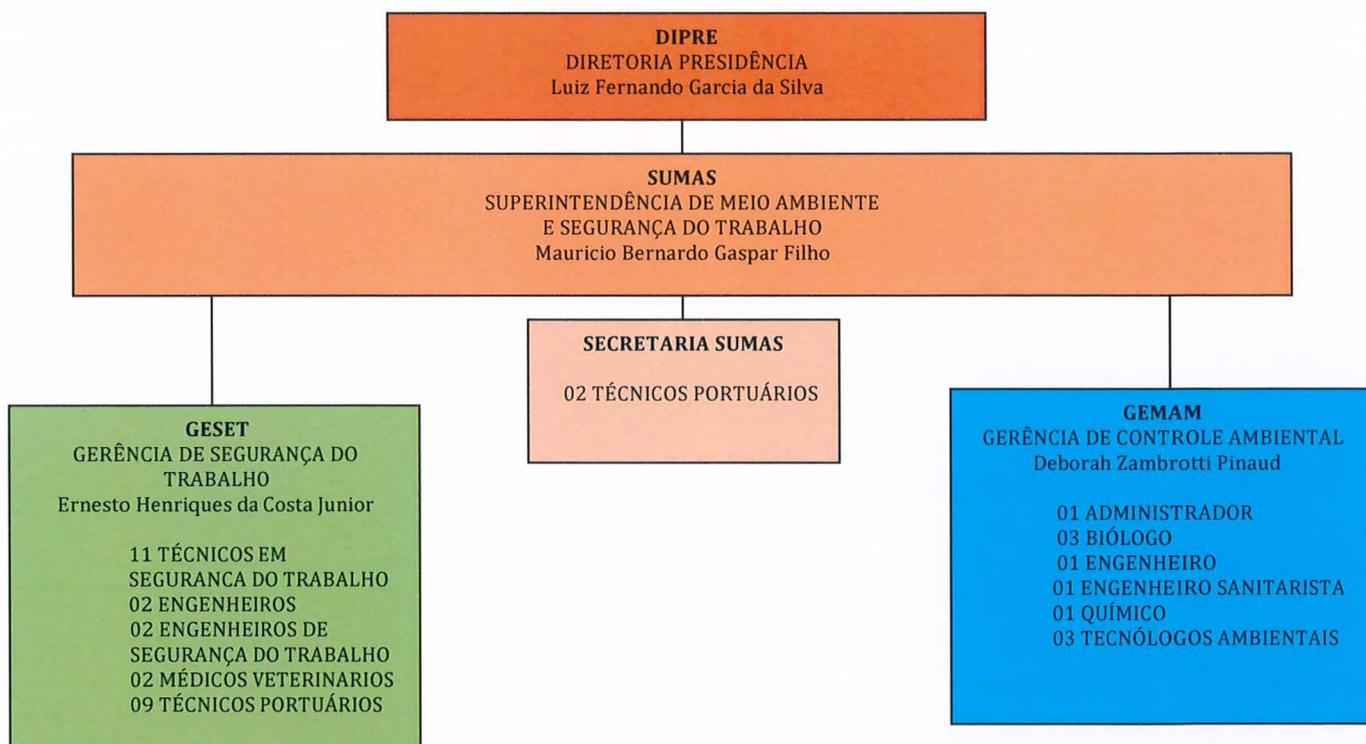


Figura 1: Estrutura organizacional da Superintendência de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho – SUMAS

1.2. Quadro de funcionários

A SUMAS possui 2 (duas) gerências em sua subordinação hierárquica, a Gerência de Meio Ambiente – GEMAM e a Gerência de Segurança do trabalho – GESET.

Na **Tabela 1** segue a relação de funcionários desta Superintendência.

Tabela 1 – Quadro de Funcionários SUMAS

REGISTRO	NOME	CARGO	SIGLA
36244	MAURICIO BERNARDO GASPAR FILHO	SUPERINTENDENTE	/DIPRE/SUMAS
35329	SIDNEY ANTONIO VERDE	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS
36478	BRUNA SOUZA E S. DO NASCIMENTO	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS
36424	ERNESTO HENRIQUES DA COSTA JUNIOR	GERENTE	/DIPRE/SUMAS/GESET
36452	EVANDRO SANTOS LOURENCO	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36145	JURANDYR SIGNER SIMONETTI	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36108	NOELE GUIMARAES RENO R. FLORINDO	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
18132	JANETE DE ALMEIDA PAULO	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
24196	ANTONIO SERAFIM LOPES	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
29150	ANTENOR GONCALVES DE LIMA FILHO	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
30025	ANTONIO ERICO RUAS	ENGENHEIRO	/DIPRE/SUMAS/GESET
33766	SERGIO PAIVA	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
33894	ALTAIR NUNES	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
34390	RONALDO BUENO MESQUITA	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
34695	FRANCISCO DOS RAMOS	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
34804	EDSON DA SILVA FILHO	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36083	EDSON LIMA VASCONCELOS	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36106	MATHEUS FERNANDES DE CAMPOS	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36107	NATALIA DE O. SIMONETTI SIGNER	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36157	ROBSON PESSIS CARNEIRO KERN	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36163	TAWAN RANNY SANCHES EUSEBIO FERREIRA	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36174	WILSON ZACARIAS SANTOS	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36203	WILSON PORTO DE OLIVEIRA NETTO	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET

Continuação Tabela 1 – Quadro de Funcionários SUMAS

REGISTRO	NOME	CARGO	SIGLA
36347	OSCAR JOSE DE SOUZA NETO	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36121	ANA CAROLINE DA SILVA G. ALUOTO	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36279	LUIZ FERNANDO LOPES DA SILVA	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36410	RITA DE CASSIA RAMOS	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36544	MARCELA CRISTINA MENDES RIBEIRO	MEDICO VETERINARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36548	ANTONIO NONOHAY D. CUNHA DA SILVA	ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36571	DANIEL RAGONETI DE MORAES	MEDICO VETERINARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36846	DEBORAH ZAMBROTTI PINAUD	GERENTE - GEMAM	/DIPRE/SUMAS//GEMAM
36278	LUIS ANTONIO NOGUEIRA JUNIOR	BIOLOGO	/DIPRE/SUMAS/GEMAM
36460	KLEBER BARRIONUEVO BARALDO	BIOLOGO	/DIPRE/SUMAS/GEMAM
36608	ANDRE RENATO PALERMO	ENGENHEIRO	/DIPRE/SUMAS/GEMAM
36637	MARISTELA MIRIA RIBEIRO	ADMINISTRADOR	/DIPRE/SUMAS/GEMAM
36494	LUIZ FERNANDO MACIEL OLIVA	TECNOLOGO AMBIENTAL	/DIPRE/SUMAS/GEMAM
36141	JEAN CARLOS SILVA	TECNOLOGO AMBIENTAL	/DIPRE/SUMAS/GEMAM
36476	BRUNO FERNANDES TAKANO	BIOLOGO	/DIPRE/SUMAS/GEMAM
36325	FABIO ALVES SILVEIRA	ENGENHEIRO SANITARISTA	/DIPRE/SUMAS/GEMAM
36165	VALMIR DE TOLEDO	TECNOLOGO AMBIENTAL	/DIPRE/SUMAS/GEMAM
36508	THIAGO MENEZES FREIRE DE SOUZA	QUIMICO	/DIPRE/SUMAS/GEMAM

1.3. Ações de Treinamento, Capacitação e Educação

No Anexo I, segue a relação de treinamentos e capacitações realizados ao longo do ano de 2018.



2. Identificação e Acompanhamento de Requisitos Legais

2.1. Licenciamento Ambiental

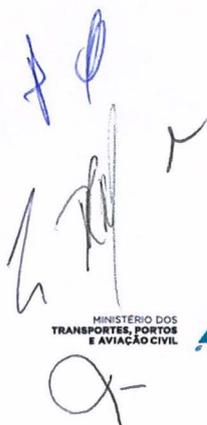
A **Tabela 2**, apresentada abaixo, contempla as informações de validade e atendimento das condicionantes das licenças ambientais geridas pela CODESP ao longo do ano de 2018, a saber:

- Licença de Instalação Nº 896/2012 (IBAMA) – Referente às obras de reforço estrutural do cais existente entre os Armazéns 12A e 23;
- Licença de Instalação Nº 1098/2015 (IBAMA) – Referente às obras de melhoria do Sistema Viário da Margem Direita do Porto de Santos, no trecho entre o Canal 4 (Bacia do Macuco) e o corredor de exportação (Avenida Perimetral);
- Licença de Instalação Nº 1150/2017 (IBAMA) – Referente à obra de recuperação estrutural do cais da Ilha Barnabé;
- Licença de Operação Nº 1382/2017 (IBAMA) – Licença de Operação do Porto Organizado de Santos.



Tabela 2 - Licenças, validades e status de atendimento das condicionantes.

Licença de Instalação nº 896/2012			
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Instalação nº 896/2012	22/11/2018	2.1 Comunicar ao Ibama o final das obras, bem como eventuais paralisações, sendo que após a finalização das obras, a operação deste empreendimento estará inserida no processo de regularização do Porto de Santos (Processo IBAMA nº 02001.001530/2004-22) não sendo necessária solicitação de Licença de Operação específica.	A obra encerrou-se em abril/2018. A comunicação foi efetuada ao IBAMA por meio da Carta SUMAS-GD/022.2018.
		2.2 O Canteiro de Obras apresentado no Plano de Gerenciamento Ambiental das Obras (protocolo 02027.012297/2014-97), com as atividades ali descritas, fazem parte deste licenciamento, sendo que qualquer alteração no layout ou atividade não prevista no documento, deverão ser previamente comunicados ao Ibama para manifestação. A implantação de novos canteiros também deverá ser apresentada para manifestação prévia do Ibama.	Não houveram alterações no Canteiro de Obras e não foram implantados novos canteiros.
		2.3 Aplicar, caso seja necessário, as medidas preventivas e de emergências previstas nos programas (PEI, PAE, PCE e PAM) aprovados pelo IBAMA antes, atendendo ao preconizado nas condicionantes gerais 1.6 e 1.7.	No transcorrer da obra, não foi necessária a adoção de tais medidas, haja vista que seu desenvolvimento vem ocorrendo sem maiores problemas.



Continuação da Tabela 2 - Licenças, validades e status de atendimento das condicionantes.

Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Instalação nº 896/2012	22/11/2018	2.4 Dar continuidade ao Programa Ambiental da Construção - PAC e seus subprogramas, Programa de Educação Ambiental, Programa de Comunicação Social, Programa de Monitoramento Arqueológico e Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas, apresentando relatórios semestrais e relatório final consolidado, em até 90 (noventa) dias após o final das obras.	Todos os programas mencionados na condicionante foram executados pela CODESP e pelo Consórcio contratado (neste caso, sob fiscalização da CODESP) durante o período. Foi elaborado relatório semestral com as observações de campo e registros de ações desenvolvidas entre janeiro/18 e abril/18, quando foi encerrada a obra. O referido documento foi protocolado junto ao IBAMA por meio da carta SUMAS-GD/35.2018.



Continuação da Tabela 2 - Licenças, validades e status de atendimento das condicionantes.

Licença de Instalação nº 1098/2015			
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Instalação nº 1098/2015	23/12/2019	2.1 Executar e apresentar relatórios semestrais dos seguintes programas ambientais, observadas as recomendações dos pareceres técnicos já emitidos	Foi apresentado ao IBAMA o 4º relatório semestral contendo as informações sobre os programas executados no período 20/10/17 a 30/04/2018. O 5º relatório semestral está em elaboração.
		Programa de Controle das Ações de Obras (PCAO)	Composto pelos subprogramas que serão apresentados abaixo.
		Subprograma de Controle de Ruídos e Vibrações;	Foram realizadas as medições e os resultados foram enviados ao IBAMA no relatório semestral.
		Subprograma de Controle de Emissões Atmosféricas;	Foram realizadas as ações de controle de emissões e inspecionados os veículos com motor a diesel.
		Subprograma de Controle de Erosões, Produção de Sedimentos e Efluentes;	Foram realizadas as ações para atendimento do programa e resolução de situações não conformes.
		Subprograma de Controle de Resíduos Sólidos; e	A destinação dos resíduos sólidos foi realizada de acordo com o estabelecido no programa e os certificados de destinação foram enviados ao Ibama.
		Subprograma de Tráfego.	Foram realizadas as ações previstas no programa.
		Programa de Plantios Compensatórios	Está previsto no projeto paisagístico da obra, contudo ainda não se iniciou a execução.
		Programa de Verificação de Ruídos e Vibrações (na operação)	Somente será executado quando a obra estiver implantada e a operação iniciada.

Continuação da Tabela 2 - Licenças, validades e status de atendimento das condicionantes.

Licença de Instalação nº 1098/2015			
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Instalação nº 1098/2015	23/12/2019	Programa de Comunicação Social;	Foram desenvolvidas as ações de comunicação social e o relatório foi entregue ao IBAMA.
		Programa de Educação Ambiental;	Foram desenvolvidas ações de educação ambiental com os trabalhadores da obra.
		Programa de Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico;	O programa foi aprovado pelo IPHAN e está em execução.
		Subprograma de Educação Patrimonial	
		2.2 Apresentar para aprovação do Iphan-Sede e posteriormente executar Projeto de Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial.	
2.3 Ibama deve ser informado sobre a destinação do material lenhoso proveniente do corte, do local de realização de compensação referente aos indivíduos suprimidos e quais espécies serão utilizadas com seus quantitativos.	Não houve supressão de indivíduos arbóreos durante o período.		



Continuação da Tabela 2 - Licenças, validades e status de atendimento das condicionantes.

Licença de Instalação nº 1150/2017			
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Instalação nº 1150/2017	04/04/2021	2.1 O canteiro de obra previsto no projeto faz parte desta Licença de Instalação, ficando aprovado o local proposto e autorizadas as atividades descritas nos estudos. Para outras localidades ou execução de atividades não previstas deverá haver consulta prévia ao IBAMA sobre o procedimento a ser adotado.	O projeto ainda não foi licitado. Desta forma, ainda não existe uma empresa executora. Após a definição da empresa, se houver a necessidade de alterações, o IBAMA será consultado.
		2.2 Apresentar, antes do início das obras, informações complementares sobre a origem da mão de obra prevista para as obras, transporte de pessoal e acomodações, já que não há estrutura na Ilha Barnabé, nem previsão de acomodações no canteiro.	Da mesma forma, como não existe empresa executora, ainda não foi definido como se dará tais procedimentos.
		2.3 Apresentar, antes do início das obras, detalhamento de ações para atendimento de possíveis situações emergenciais específicas para as obras, como indicação de localização de equipamentos de atendimento mais próximos, treinamento aos trabalhadores para o caso de situações de risco e evacuações, interações entre a CODESP, a empreiteira contratada e as arrendatárias que operaram no cais;	Tal condicionante somente poderá ser atendida quando houver a empresa executora. Somente após tal definição é que serão adotados procedimentos específicos para o caso.
		2.4 Apresentar, antes do início das obras, projeto de engenharia para instalação das caixas de retenção nas extremidades do cais, detalhando seu funcionamento e capacidade (volume);	Esta condicionante será atendida após a contratação da executora, sendo definidas com a mesma, as devidas dimensões.

Continuação da Tabela 2 - Licenças, validades e status de atendimento das condicionantes.

Licença de Instalação nº 1150/2017			
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Instalação nº 1150/2017	04/04/2021	2.5 Reapresentar, para aprovação do Ibama antes do início das obras, o Programa Ambiental de Construção e seus subprogramas, com o detalhamento executivo necessário para sua imediata implementação, conforme descrito no Parecer 02027.000289/2016-0 ESREG SANTOS/SP/IBAMA;	O PAC será elaborado pela futura executora e, mediante aprovação da CODESP, será encaminhado ao IBAMA.
		2.6 Implementar, após aprovação do Ibama, o Programa Ambiental de Construção - PAC e seus subprogramas, os programas de gerenciamento de riscos e atendimento a emergências, o Programa de Educação Ambiental e o Programa de Comunicação Social, apresentando relatórios semestrais com registro da evolução dos parâmetros e processos monitorados durante a fase de obras;	Após o início das obras, todos os programas ambientais serão executados, sendo descritos em relatórios, as ações e registros de vistorias. Assim, conforme condicionante, os relatórios serão entregues, semestralmente, ao IBAMA.
		2.7 Apresentar, em até 90 (noventa) dias após o final das obras, relatório final consolidado dos programas ambientais, incluindo o Programa de Desmobilização do Canteiro;	Após a conclusão da obra, a condicionante será atendida.
		2.8 Comunicar ao Ibama o início e a finalização das obras, bem como eventuais paralisações;	Quando houver uma empresa contratada, será definida uma data de início e de finalização, com as devidas comunicações.

Continuação da Tabela 2 - Licenças, validades e status de atendimento das condicionantes.

Licença de Instalação nº 1150/2017			
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Instalação nº 1150/2017	04/04/2021	2.9 Apresentar, em até 90 (noventa) dias, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, a ser implementado após a desmobilização, na área utilizada como canteiro. No âmbito desta recuperação, devem ser executados os plantios compensatórios previstos.	Foi solicitado ao IBAMA que tal programa fosse apresentado após a definição da contratada, pois somente nesta fase seria definida a estrutura do canteiro.
Licença de Operação Nº 1382/2017			
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Operação nº 1382/2017	26/04/2022	2.1 Apresentar, no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta dias) dias, o Estudo de Análise de Risco Ambiental/EAR, o Programa de Gerenciamento de Riscos/PGR e o Plano de Ação de Emergência/PAE;	Apesar da área técnica da CODESP ter adotados medidas para viabilizar a contratação de uma empresa para elaborar o EAR/PGR/PAE, não houve êxito desta ação até o final do ano de 2018. No momento, tendo em vista o prazo decorrido desde o início do processo, está sendo viabilizada a atualização do Termo de Referência, com vistas às prerrogativas da Lei nº 13303/16, bem como a atualização da respectiva planilha de preços.

Continuação da Tabela 2 - Licenças, validades e status de atendimento das condicionantes.

Licença de Operação Nº 1382/2017			
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Operação nº 1382/2017	26/04/2022	2.2 Apresentar, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, revisão do Plano de Emergência Individual (PEI), contemplando as recomendações constantes do PAR.02027.000042/2016-43 NUPAEM/SP/IBAMA que aprovou o PEI;	<p>Conforme o parecer PAR.02027.000042/2016-43 NUPAEM/SP/IBAMA, que tratou do PEI, os cenários acidentais deveriam ser consolidados através de elaboração de EAR. Logo, foi proposto ao órgão ambiental federal que o prazo para a apresentação do PEI revisado seja pelo menos três meses posterior ao prazo de entrega do EAR (Condicionante 2.1).</p> <p>Será viabilizada reunião junto à equipe técnica do órgão ambiental federal para equacionar esse assunto.</p> <p>Ainda, para viabilização do cumprimento da condicionante em questão, entende-se que é necessário a elaboração de um plano de proteção à fauna que subsidie a contratação de empresa especializada para atendimento a ocorrências com fauna oleada no Porto Organizado de Santos, considerando-se os cenários apresentados por meio do PEI da CODESP.</p> <p>Apesar da área técnica da CODESP ter adotados medidas para viabilizar a contratação de uma empresa para elaborar do referido plano, não houve êxito desta ação até o final do ano de 2018. No momento, tendo em vista o prazo decorrido desde o início do processo, está sendo viabilizada a atualização do Termo de Referência, com vistas às prerrogativas da Lei nº 13303/16, bem como a atualização da respectiva planilha de preços.</p>

Continuação da Tabela 2 - Licenças, validades e status de atendimento das condicionantes.

Licença de Operação Nº 1382/2017			
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Operação nº 1382/2017	26/04/2022	2.3 Apresentar relatórios anuais de execução dos programas ambientais abaixo elencados, levando em consideração as recomendações e readequações constantes dos Pareceres 02001.002121/2015-04 e 02001.000734/2017-61 COPAH/IBAMA:	(status elencado abaixo nos subitens)
		2.3.1 Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas;	Programa em execução no escopo antigo (conforme estudo de regularização ambiental protocolado no IBAMA em 2011). Processo atualmente em trâmite interno para abertura de licitação. Contratação prevista para 2019.
		2.3.2 Programa de Monitoramento da Qualidade dos Sedimentos;	Processo atualmente em trâmite interno para abertura de licitação. Contratação prevista para 2019.
		2.3.3 Programa de Monitoramento da Biota Aquática;	A CODESP encaminhou ao IBAMA através da Carta SUMAS-GD/391.2016 uma proposta de escopo revisada para a execução deste programa. No entanto ainda, aguarda-se manifestação do IBAMA acerca da aprovação do mesmo.
		a - Subprograma de Monitoramento da Qualidade dos Organismos Bioindicadores–Bioacumulação;	Não obstante, deve-se ressaltar que o Subprograma de Monitoramento da Qualidade dos Organismos Bioindicadores–Bioacumulação e o Subprograma de Monitoramento da Macrofauna Bentônica e Comunidades Fito e Zooplanctônica encontram-se sendo executados, por meio do Termo de Compromisso firmado junto à DP World (EMBRAPORT), em contrapartida ao uso do PDO.
		b - Subprograma de Monitoramento de Quelônios;	A CODESP está envidando esforços para viabilizar a contratação de empresa especializada para execução dos subprogramas supracitados ainda no início de 2019. O Subprograma de Monitoramento de Quelônios vem sendo executado normalmente pela CODESP.
		c - Subprograma de Monitoramento da Macrofauna Bentônica e Comunidades Fito e Zooplanctônica	

Continuação da Tabela 2 - Licenças, validades e status de atendimento das condicionantes.

Licença de Operação Nº 1382/2017			
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Operação nº 1382/2017	26/04/2022	2.3.4 Programa de Monitoramento dos Manguezais;	A CODESP encaminhou ao IBAMA através da Carta SUMAS-GD/391.2016 uma proposta de escopo revisada para a execução deste programa. No entanto ainda, aguarda-se manifestação do IBAMA acerca da aprovação do mesmo. Não obstante, deve-se ressaltar que o Programa de Monitoramento dos Manguezais encontra-se sendo executado, por meio do Termo de Compromisso firmado junto à DP World (EMBRAPORT), em contrapartida ao uso do PDO. A CODESP está envidando esforços para viabilizar a contratação de empresa especializada para execução do programa supracitado ainda no início de 2019.
		a - Subprograma de Monitoramento dos Remanescentes de Manguezal;	
		b - Subprograma de Monitoramento da Dinâmica das Espécies;	A CODESP encaminhou ao IBAMA através da Carta SUMAS-GD/391.2016 uma proposta de escopo revisada para a execução deste programa. No entanto ainda, aguarda-se manifestação do IBAMA acerca da aprovação do mesmo. Não obstante, deve-se ressaltar que o Programa de Monitoramento do Perfil Praia encontra-se sendo executado, por meio do Termo de Compromisso firmado junto à DP World (EMBRAPORT), em contrapartida ao uso do PDO. A CODESP está envidando esforços para viabilizar a contratação de empresa especializada para execução do programa supracitado ainda no início de 2019.
		2.3.5 Programa de Monitoramento do Perfil Praia;	

Continuação da Tabela 2 - Licenças, validades e status de atendimento das condicionantes.

Licença de Operação Nº 1382/2017			
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Operação nº 1382/2017	26/04/2022	2.3.6 Programa de Monitoramento da Dragagem;	A CODESP encaminhou ao IBAMA através da Carta SUMAS-GD/391.2016 uma proposta de escopo revisada para a execução deste programa. Aguardando manifestação do IBAMA acerca da aprovação do mesmo. O Subprograma de Gestão Ambiental e Controle da Dragagem encontra-se em normal execução pela própria equipe técnica da CODESP.
		a - Subprograma de Gestão Ambiental e Controle da Dragagem;	
		b - Subprograma de Monitoramento Ambiental do Polígono de Disposição Oceânica;	O Subprograma de Monitoramento Ambiental do Polígono de Disposição Oceânica encontra-se sendo executado, por meio do Termo de Compromisso firmado junto à DP World (EMBRAPORT), em contrapartida ao uso do PDO. A CODESP está envidando esforços para viabilizar a contratação de empresa especializada para execução do subprograma supracitado ainda no início de 2019.
		2.3.7 Programa de Educação Ambiental	Em andamento (já iniciado no âmbito das obras de dragagem).
a - Subprograma de Educação Ambiental para Trabalhadores;			
		2.4 Implementar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, e apresentar os relatórios anuais do Programa de Monitoramento de Resíduos Sólidos;	O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos já está implantado, sendo público, podendo ser consultado no site da CODESP. Os relatórios foram revisados, contemplando um melhor detalhamento das informações solicitados pelo IBAMA.

Continuação da Tabela 2 - Licenças, validades e status de atendimento das condicionantes.

Licença de Operação Nº 1382/2017			
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Operação nº 1382/2017	26/04/2022	2.5 Implementar, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, incorporando as recomendações apresentadas no Parecer 02001.000734/2017-61 COPAH/IBAMA, e apresentar relatórios anuais dos seguintes programas:	(status elencado abaixo nos subitens)
		2.5.1 Programa de Monitoramento das Espécies Exóticas Marinhas;	Apesar da área técnica da CODESP ter adotados medidas para viabilizar a contratação de uma empresa para execução do programa em questão, não houve êxito desta ação até o final do ano de 2018. A CODESP está envidando esforços para viabilizar a contratação de empresa especializada para execução do programa ainda no início de 2019.
		2.5.2 Programa de Monitoramento da Avifauna;	Este programa já foi implantado e iniciado anteriormente à emissão da Licença de Operação.
		2.5.3 Programa de Educação Ambiental - Subprograma de Apoio à Pesca Artesanal;	A CODESP está envidando esforços para viabilizar a contratação de empresa especializada para execução do subprograma supracitado ainda no início de 2019.
		2.5.4 Programa de Comunicação Social;	Em andamento
		2.6 Implementar, no prazo máximo de 270 (duzentos e setenta dias), incorporando as recomendações apresentadas no Parecer 02001.000734/2017-61 COPAH/IBAMA, e apresentar relatórios anuais dos seguintes programas:	(status elencado abaixo nos subitens)

Continuação da Tabela 2 - Licenças, validades e status de atendimento das condicionantes.

Licença de Operação Nº 1382/2017			
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Operação nº 1382/2017	26/04/2022	2.6.1 Programa de Monitoramento e Controle dos Ruídos Ambientais;	Apesar da área técnica da CODESP ter adotados medidas para viabilizar a contratação de uma empresa para execução do programa em questão, não houve êxito desta ação até o final do ano de 2018. A CODESP está envidando esforços para viabilizar a contratação de empresa especializada para execução do programa ainda no primeiro semestre de 2019.
		2.6.2 Programa de Monitoramento e Controle de Vibrações;	Apesar da área técnica da CODESP ter adotados medidas para viabilizar a contratação de uma empresa para execução do programa em questão, não houve êxito desta ação até o final do ano de 2018. A CODESP está envidando esforços para viabilizar a contratação de empresa especializada para execução do programa ainda no primeiro semestre de 2019.
		2.7 Implementar, no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta dias), o Programa de Monitoramento de Efluentes, incorporando as recomendações apresentadas no Parecer 02001.000734/2017-61 COPAH/IBAMA, e apresentar relatórios anuais do referido programa;	Apesar da área técnica da CODESP ter adotados medidas para viabilizar a contratação de uma empresa para execução do programa em questão, não houve êxito desta ação até o final do ano de 2018. A CODESP está envidando esforços para viabilizar a contratação de empresa especializada para execução do programa até o segundo semestre de 2019.

Continuação da Tabela 2 - Licenças, validades e status de atendimento das condicionantes.

Licença de Operação Nº 1382/2017			
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Operação nº 1382/2017	26/04/2022	2.8 Apresentar relatórios anuais consolidados das ações do Programa de Monitoramento e Controle de Fauna Sinantrópica Nociva (Vetores e Reservatórios), desenvolvidas em cumprimento à RDC Anvisa nº 72/2009 e levando em consideração as recomendações do Parecer 02001.000734/2017-61 COPAH/IBAMA;	O Programa de Monitoramento e Controle de Fauna Sinantrópica Nociva encontra-se em execução.
		2.9 Apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, propostas com cronograma de execução dos seguintes programas, conforme recomendações dos pareceres suprarreferidos:	(status elencado abaixo nos subitens)
		2.9.1 Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar;	Proposta elaborada e apresentada para avaliação do IBAMA. Ainda não houve retorno do órgão ambiental federal.
		2.9.2 Programa dos Passivos Ambientais;	Proposta elaborada e apresentada para avaliação do IBAMA. Ainda não houve retorno do órgão ambiental federal.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Continuação da Tabela 2 - Licenças, validades e status de atendimento das condicionantes.

Licença de Operação N° 1382/2017			
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Operação n° 1382/2017	26/04/2022	2.9.3 Programa de Avaliação Meteorológica, Hidrodinâmica e de Transporte de Sedimentos;	<p>A consolidação, em caráter executivo, do escopo do Programa de Avaliação Meteorológica, Hidrodinâmica e de Transporte de Sedimentos depende, principalmente, da definição efetiva das especificações do subsistema meteocanográfico do Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações do Porto de Santos (Vessel Traffic Management Information System - VTMISS), procedimento este que ainda não foi finalizado. Tal situação foi comunicada ao órgão ambiental federal.</p> <p>O atendimento da referida demanda também depende de contratação de empresa especializada para auxiliar a CODESP na definição das especificações do sistema de modelagem operacional. Apesar da área técnica da CODESP ter adotado medidas para viabilizar a referida contratação, não houve êxito desta ação até o final do ano de 2018.</p> <p>A CODESP está envidando esforços para viabilizar a contratação de empresa especializada ainda no primeiro semestre de 2019.</p>
		2.9.4 Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira;	Solicitada reavaliação por parte do órgão ambiental acerca da necessidade de execução deste programa (Carta SUMAS-GD/344.2017).

Continuação da Tabela 2 - Licenças, validades e status de atendimento das condicionantes.

Licença de Operação Nº 1382/2017			
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Operação nº 1382/2017	26/04/2022	2.9.5 Programa de Mitigação das Interferências Viárias;	Proposta elaborada e apresentada para avaliação do IBAMA. Ainda não houve retorno do órgão ambiental federal.
		2.9.6 Programa de Regularização Fundiária;	Com relação ao Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira e Programa de Regularização Fundiária, a Autoridade Portuária solicitou ao IBAMA a reavaliação das condicionantes que exigem sua implantação, tendo em vista, principalmente, eventuais conflitos relativos à sobreposição de competências com outros órgãos da Administração. Espera-se que no ano de 2019 haja um posicionamento do IBAMA quanto ao pleito da CODESP.
		2.10 Apresentar, a cada 2 (dois) anos, o relatório de auditoria ambiental e o plano de ação, em conformidade com a Lei nº 9966/00, Resoluções CONAMA nº 306/02 e 381/06, e Portarias MMA nº 319/03, 353/05 e 192/11, e alterações;	Por fim, com relação à Condicionante 2.10 da LO Nº 1382/2017, a qual exige que a apresentação, a cada 2 (dois) anos, do relatório de auditoria ambiental e do plano de ação, em conformidade com a legislação que incide sobre o assunto, cumpre destacar que a CODESP promoveu a auditoria ambiental de seu Sistema de Gestão Ambiental, em conformidade com a Lei, Resoluções e Portarias citadas, em dezembro de 2016. Tanto o relatório gerado quanto o plano de ação foram protocolizados no IBAMA. A CODESP está envidando esforços para viabilizar a contratação de uma nova auditoria ambiental ainda no primeiro semestre de 2019.

Continuação da Tabela 2 - Licenças, validades e status de atendimento das condicionantes.

Licença de Operação N° 1382/2017			
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Operação n° 1382/2017	26/04/2022	2.11 A solicitação para a realização das dragagens de manutenção deverá ser apresentada na forma de um Plano Conceitual de Dragagem, em conformidade com o disposto na Resolução CONAMA n 454/12, com prazo mínimo de 90 (noventa) dias antes do início previsto para a dragagem.	O Plano de Dragagem da obra que está sendo conduzida pela SNP no Porto Organizado de Santos foi encaminhado ao IBAMA em 05/10/2018, após a elaboração e encaminhamento do mesmo pela Secretaria. A apresentação de um novo Plano Conceitual de Dragagem dar-se-á quando houver mudança da empresa contratada para a realização das operações e/ou quando houver alguma alteração no projeto.

2.2. Planos e Programas de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança

2.2.1. Programas de Gestão Ambiental (LO N° 1382/2017)

O processo de regularização ambiental do Porto de Santos é amparado pela Licença de Operação N° 1382/2017, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Neste sentido, ao longo do ano de 2018, a Codesp emvidou esforços para viabilizar o cumprimento das condicionantes preconizadas na referida licença, que envolvem, entre outras premissas, a implantação de amplo conjunto de programas ambientais.

Dentre os programas previstos, a Codesp realizou normalmente ao longo de 2018, por meio de seu próprio corpo técnico ou empresas especializadas contratadas, o Subprograma de Monitoramento de Quelônios, Subprograma de Gestão Ambiental e Controle da Dragagem, Programa de Educação Ambiental, Subprograma de Educação Ambiental para Trabalhadores, Programa de Comunicação Social,

Programa de Monitoramento de Avifauna, Programa de Monitoramento e Controle da Fauna Sinantrópica Nociva (Vetores e Reservatórios) e o Programa de Monitoramento de Resíduos Sólidos.

Em que pese o Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas também ter sido executado em 2018, é importante destacar que o mesmo foi iniciado previamente à emissão da LO Nº 1382/2017. Dessa forma, este carece de revisão de seu escopo de forma a atender as recomendações elencadas pelo IBAMA no âmbito da LO Nº 1382/2017, sendo que a área técnica está envidando esforços para viabilizar a contratação da nova versão do programa em 2019.

Alguns dos programas oriundos do Plano Básico Ambiental das Obras de Dragagem do Porto de Santos (incorporado no escopo do da LO Nº 1382/2017), que estavam integral ou parcialmente paralisados desde o segundo semestre do ano de 2017 por questões administrativas, foram retomados em 2018, a saber: Subprograma de Monitoramento da Qualidade dos Organismos Bioindicadores–Bioacumulação (campanha realizada em dezembro/2018), Subprograma de Monitoramento da Macrofauna Bentônica e Comunidades Fito e Zooplancônica (campanha realizada em dezembro/2018), Programa de Monitoramento dos Manguezais, Programa de Monitoramento do Perfil Praial e Subprograma de Monitoramento Ambiental do Polígono de Disposição Oceânica. A retomada desses monitoramentos foi viabilizada através do firmamento de Termo de Compromissos com empresas empreendedoras de obras de dragagem no Porto de Santos, em contrapartida ao uso da área de descarte oceânica gerenciada pela Autoridade Portuária. Não obstante, é esperado para o ano de 2019 que a Codesp finalize processo licitatório para a contratação direta da execução dos referidos programas.

Ademais, a área técnica da Codesp tomou medidas para tentar viabilizar a contratação empresa para execução do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Sedimentos, Subprograma de Apoio à Pesca Artesanal, Programa de

Monitoramento de Efluentes e Programa de Monitoramento das Espécies Exóticas Marinhas, bem como para elaboração do EAR/PGR/PAE, porém não houve êxito até o final do ano de 2018. É previsto que tais programas sejam efetivamente executados em 2019.

Alguns dos programas ainda estão em fase alinhamento ou aprovação de escopo junto órgão ambiental federal, sendo que sua implantação deverá ocorrer após a efetiva consolidação de escopo (a qual está prevista para ocorrer em 2019), são eles: Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar, Programa dos Passivos Ambientais, Programa de Monitoramento de Controle de Ruídos e Vibrações e Programa de Mitigação de Interferências Viárias.

Com relação ao Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira e Programa de Regularização Fundiária, a Autoridade Portuária solicitou ao IBAMA a reavaliação das condicionantes que exigem sua implantação, tendo em vista, principalmente, eventuais conflitos relativos à sobreposição de competências com outros órgãos da Administração. Espera-se que no ano de 2019 haja um posicionamento do IBAMA quanto ao pleito da CODESP.

A consolidação, em caráter executivo, do escopo do Programa de Avaliação Meteorológica, Hidrodinâmica e de Transporte de Sedimentos depende, principalmente, da definição efetiva das especificações do subsistema meteoceanográfico do Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações do Porto de Santos (Vessel Traffic Management Information System - VTMISS), procedimento este que ainda não foi finalizado. Tal situação foi comunicada ao órgão ambiental federal.

O Plano de Emergência Individual – PEI da Codesp foi aprovado pelo IBAMA com a ressalva de que os cenários acidentais descritos no plano deveriam ser consolidados através de Estudo de Análise de Riscos – EAR. Logo, o entendimento da Autoridade Portuária exposto ao órgão ambiental federal é o de que a revisão do

referido plano deve ser precedida da conclusão do EAR. De qualquer forma, faz-se de suma importância ressaltar que os instrumentos de atendimento a emergências no Porto de Santos, tanto as que envolvem derramamento de óleo como as que envolvem incêndio e vazamentos ou derramamentos de outros produtos perigosos, tais como PEI, Plano de Ajuda Mútua, Brigada de Incêndio da Guarda Portuária e Plano de Área continuam plenamente ativos.

Por fim, com relação à Condicionante 2.10 da LO Nº 1382/2017, a qual exige que a apresentação, a cada 2 (dois) anos, do relatório de auditoria ambiental e do plano de ação, em conformidade com a legislação que incide sobre o assunto, cumpre destacar que a Codesp promoveu a auditoria ambiental de seu Sistema de Gestão Ambiental, em conformidade com a Lei, Resoluções e Portarias citadas, em dezembro de 2016. Tanto o relatório gerado quanto o plano de ação foram protocolizados no IBAMA.

De uma forma geral, para o ano de 2019, a Codesp pretende também realinhar junto ao IBAMA novos prazos para atendimento das condicionantes da LO Nº 1382/2017, de forma a delinear um novo cronograma para viabilizar a contratação de todos os programas de monitoramento cuja implantação se encontra pendente, bem como garantir a continuidade dos que já se encontram em execução.

2.2.2. Plano de Controle Integrado de Vetores – PCIV

A infestação de animais e insetos na área portuária oferece risco ao aparecimento de enfermidades diversas entre trabalhadores portuários e usuários do Porto. Buscando a prevenção de doenças e a manutenção da boa saúde dos trabalhadores portuários e visando ao atendimento de legislações específicas torna-se necessária a implantação deste programa. Ele tem característica preventiva e suas ações, quando desempenhadas conforme a descrição e cronograma proposto, possibilitam a gradual diminuição da prevalência de agravos à saúde transmitidos por

[Handwritten signature]

vetores entre a comunidade portuária. Esse programa ambiental é composto pelos seguintes subprogramas:

- Subprograma de controle de Pombos;
- Subprograma de controle de Roedores;
- Subprograma de controle de Culicídeos;
- Subprograma de controle e vigilância de Outros Vetores e Animais Peçonhentos; e
- Subprograma de controle de Animais Domésticos.

As atividades realizadas no programa e os resultados obtidos em 2018 serão descritos e evidenciados no item 4.3.

2.2.3. Plano de Inspeção de Condições Favoráveis ao Abrigo e Proliferação de Fauna Sinantrópica Nociva nas Áreas Arrendadas do Porto de Santos

Este plano estabelece a rotina e o procedimento padrão de fiscalização das condições sanitárias nas áreas arrendadas do Porto de Santos que permitem a proliferação da Fauna Sinantrópica Nociva (FSN). Nele são identificadas todas as arrendatárias que serão alvo de inspeções ao longo do ano e são apresentadas todas as etapas que compõe o processo de fiscalização, desde a frequência das vistorias até os documentos que são elaborados e seus desdobramentos. O plano é atualizado anualmente e seu cronograma é executado pela equipe técnica da GESET.

As atividades realizadas no programa e os resultados obtidos em 2018 serão descritos e evidenciados no item 4.3.

2.2.4. Plano de Resposta às Emergências em Saúde Pública no Porto de Santos (PRESP)

Este plano estabelece, dentro das responsabilidades e limites de atuação da Administração do Porto de Santos, mecanismos de preparação e resposta às emergências em saúde pública, por meio da identificação, avaliação, notificação e

resposta aos eventos de saúde pública que possam constituir-se em potencial Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional ou Internacional (ESPIN/ESPIN), de modo a evitar interferências desnecessárias com o tráfego e o comércio, por meio de ações de prevenção e controle adequadas. O plano apresenta informações sobre caracterização do Porto de Santos, levantamento de riscos, fluxos de comunicação, simulados e frequência de atualização.

O PRESP foi encaminhado a todos os integrantes da lista de contatos no ano de 2018, porém, apenas a Secretaria de Portos e a ANVISA encaminharam suas considerações. As sugestões feitas por estes órgãos foram incluídas no plano (**Anexo II**).

2.2.5. Plano de Área do Porto De Santos e Região

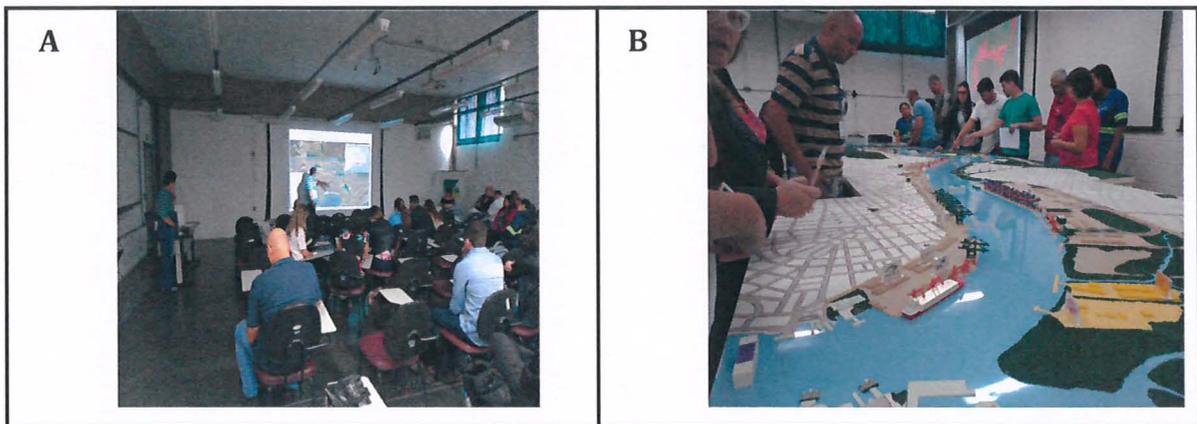
De acordo com o Decreto Nº 4871/2003, o Plano de Área do Porto de Santos e Região foi instituído em dezembro de 2015, após a definição de sua área de abrangência e árduo trabalho da comunidade envolvida, e consolida os planos de emergência individual de 46 empresas da região, incluindo arrendatários, terminais privativos, a Petrobrás e a Transpetro, estabelecendo assim ações conjuntas a serem tomadas em caso de incidente por poluição com óleo e outros derivados de petróleo.

Sua área de abrangência consiste nas áreas ocupadas pelas instalações portuárias e serviços de apoio, nas águas estuarinas e marítimas compreendidas entre a entrada do canal interno (Fortaleza da Barra) do Porto Organizado de Santos e o término do Canal de Piaçaguera e inclui a Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão – RPBC da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, o Terminal Terrestre de Cubatão (Pilões) da PETROBRAS Transporte S.A. – TRANSPETRO e as linhas de dutos que ligam a RPBC ao Terminal Terrestre de Cubatão, e este último ao Terminal de Granéis Líquidos da Alemoa. A **Figura 2** ilustra a área de abrangência do Plano de Área do Porto de Santos e Região. A Revisão 01 do documento Plano de Área do Porto de Santos e Região está disponível no **Anexo III**.

Em 2018 foram desenvolvidas ações para atender às oportunidades de melhorias apontadas durante o simulado realizado em 2017, e também para a inclusão das áreas de fundeio no escopo do PAPS. Os trabalhos avançaram, porém, a revisão não foi concluída neste ano. Como previsto em cronograma, foi realizado um treinamento para todas as empresas participantes do plano, focando nos critérios para acionamento do PAPS e exercício prático de utilização do documento e de seus formulários.



Figura 2: Área de abrangência do Plano de Área do Porto de Santos e Região.



Figuras 3: A-B) Treinamento anual do PAPS.

2.2.6. Plano de Emergência Individual - PEI

O Plano de Emergência Individual – PEI tem por objetivo a preparação das empresas para resposta a acidentes e incidentes envolvendo derramamento de óleo e outros derivados de petróleo em águas sob jurisdição nacional, que decorre de sua atividade. Estabelecido pela Lei Nº 9966/2000 e regulamentado pela Resolução CONAMA Nº 398/2008, segundo o IBAMA o plano deve “garantir a capacidade da instalação para executar, de imediato, as ações de respostas previstas para atendimento aos incidentes de poluição por óleo, nos seus diversos tipos, com emprego de recursos próprios, humanos e materiais, que poderão ser complementados com recursos adicionais de terceiros, por meio de acordos previamente firmados”.

O PEI da CODESP (**Anexo IV**) foi revisado e aprovado pelo IBAMA em 2016 após dois anos de trabalho, o que incluiu a realização de estudos de dispersão de óleo na área do Porto Organizado de Santos, a revisão dos cenários acidentais, a revisão dos procedimentos de atendimento, dentre outras atividades das quais grande parte foi realizada pela equipe da própria CODESP, a exceção do estudo de dispersão de óleo.

Com o intuito de eliminar a ressalva elencada pelo IBAMA no parecer emitido durante a aprovação do plano, qual seja, o fato do levantamento dos cenários acidentais não ter sido realizado com base em um Estudo de Análise de Riscos, mas somente com base em uma análise preliminar de perigos, a perspectiva de nova atualização do PEI ainda não foi alcançada em virtude da não realização da licitação do Estudo de Análise de Riscos devido a problemas administrativos internos. Aguarda-se assim a licitação do referido estudo, o que deve ocorrer em 2019, cuja previsão para conclusão é de um ano e meio após a sua contratação.

O referido estudo nos possibilitará incluir ou excluir algum cenário que se mostre em demasia no plano, ou que se mostre ausente, assim como também a revisão de algum procedimento que se faça necessária, face a obtenção de novas informações sobre a dinâmica de dispersão de óleo no estuário.

O PEI da CODESP abrange a totalidade das áreas do Porto Organizado de Santos, incluindo as suas áreas de fundeio, e é dimensionado para prestar apoio aos arrendatários e prestadores de serviço do porto, caso a sua capacidade de resposta não seja suficiente para tomada de ação adequada para a mitigação de evento que extrapole em quantidade e/ou área atingida a capacidade planejada em seu plano individual. Assim, consiste em meio termo entre o Plano de Emergência Individual dos terminais e prestadores de serviços e o Plano de Área do Porto de Santos, uma vez que este somente deverá ser acionado nos casos em que nem o plano individual do ente somado a capacidade de resposta do PEI da CODESP sejam suficientes para a resposta, na forma e no tempo adequados, visando a proteção do meio ambiente e o menor impacto possível.

Ao ser detectada a presença de óleo nas águas estuarinas, ou em locais onde possam ser atingidas as redes de drenagem, o plano é acionado efetuando o primeiro atendimento até a identificação do agente poluidor, ou até que o agente mobilize recursos próprios para o atendimento. Caso não haja identificação ou o agente não

tenha condições de atender ou ainda a capacidade de resposta do agente não seja suficiente para o cenário existente, as ações são continuadas até a finalização do atendimento, neste último caso de forma conjunta ou complementar. O PEI é operacionalizado através de contrato com a empresa de atendimento a emergência, Brasbunker Participações S.A. (contrato válido até o ano de 2020).

2.2.7. Plano de Controle de Emergência – PCE

O Plano de Controle de Emergência – PCE foi instituído pela Norma Regulamentadora Nº 29, do Ministério do Trabalho e Emprego. O PCE da CODESP foi elaborado em 2006 e, embora vigente, carece de atualização face às modificações físicas e operacionais ocorridas no Porto de Santos na última década.

O objetivo do PCE é o planejamento das ações de resposta a acidentes ou incidentes diversos que possam vir a ocorrer na instalação, no caso o Porto de Santos, tais como incêndio, explosão, acidentes pessoais, queda de homem ao mar, vazamentos ou derramamentos de produtos químicos dentre outros cenários. Assim o PCE, instituído pela NR 29 se confunde em objeto ao Plano de Atendimento a Emergências – PAE, exigido no âmbito do licenciamento por órgãos ambientais, para os cenários de incêndio e explosão (acidentes tecnológicos).

O PCE da CODESP (**Anexo V**) é estruturado de forma a existir uma célula de crise, onde diversos integrantes da organização têm responsabilidades determinadas para assistência às necessidades do atendimento a ocorrência, dentre outras, a provisão de recursos financeiros por exemplo. Além disso, estabelece procedimentos genéricos para atendimento a tipos de cenários acidentais, elenca uma gama de recursos materiais e humanos disponíveis e mapeia as rotas de fuga disponíveis em cada região do Porto.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

2.2.8. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA

O PPRA, regulamentado pela Norma Regulamentadora Nº 09, do Ministério do Trabalho e Emprego, tem por objetivo o reconhecimento, a avaliação e o controle dos riscos químicos, físicos e biológicos aos quais possam estar expostos os trabalhadores, em função de sua atividade ou em função da presença de substâncias e energias perigosas ou microrganismos patogênicos no ambiente de trabalho.

Cada empregador do Porto é responsável pela elaboração e operacionalização de seu PPRA, reconhecendo, avaliando e controlando os riscos peculiares de sua atividade. Por exemplo, em terminais de graneis líquidos há riscos diferentes em relação a terminais de contêineres.

O PPRA da CODESP encontra-se contido no **Anexo VI**.

2.2.9. Plano de Ajuda Mútua do Porto de Santos

O Plano de Ajuda Mútua (PAM) do Porto de Santos (**Anexo VII**) consiste na associação dos diversos entes da comunidade portuária e autoridades locais, sobretudo arrendatários, com intuito de prover auxílio mútuo em caso de sinistros ampliados como incêndios, vazamentos e situações que necessitam mobilizar ações conjuntas visando o compartilhamento de recursos materiais e humanos para o controle e/ou mitigação de sinistros ocorridos na planta de qualquer dos associados.

Na região existem mais três Planos de Auxílio Mútuo, sendo eles: a) o de Cubatão, que congrega as empresas do pólo industrial; b) o de Guarujá, que congrega empresas do município, incluindo alguns terminais arrendados; c) e o PIE, Plano Integrado de Emergências, que congrega as empresas operadoras de graneis líquidos perigosos, a exceção da Petrobras e Transpetro, as quais são associadas ao PAM de Cubatão e ao PAM do Porto de Santos respectivamente. Assim, as áreas de abrangência do PAM do Porto de Santos interseccionam-se com as áreas de atuação

de outros planos, principalmente com as áreas de abrangência do PIE e do PAM do Guarujá.

2.2.10. Programa de Educação Ambiental

O Programa de Educação Ambiental executado pela CODESP está vinculado à Licença de Operação Nº 1382/2017. Maiores informações acerca das ações executadas no âmbito do mesmo serão apresentadas no Item 4.10.

2.2.11. Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

As informações acerca das ações executadas no âmbito do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos serão apresentadas no Item 4.6.

3. Instrumentos de Planejamento do Setor Portuário Nacional

3.1. Plano Mestre

O Plano Mestre do Porto de Santos está em fase de finalização pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Tal documento deverá ser concebido com a missão de realizar a análise estratégica do Porto, buscando sua inserção de forma harmoniosa no contexto portuário nacional, com base nas suas vantagens competitivas.

3.2. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ

3.2.1. Situação dos trabalhos de atualização do PDZ

Atualmente, em paralelo com entrevistas a órgãos externos, para os fins de planejamento de utilização e desenvolvimento das áreas arrendáveis em curto, médio e longos prazos, o Grupo de Trabalho da CODESP reuniu dados cadastrais e informações atualizadas conforme cada produto *Entregável*, dentro do cronograma definido pelo referido grupo. Para as atividades de planejamento, no momento a equipe considera a subdivisão dos terrenos por zona (visão particionada), para, a partir dos resultados de todas as zonas, passar à visão do todo (visão sistêmica).

Alguns prazos do cronograma foram renegociados por razões peculiares diversas.

Cerca de 50% do total dos trabalhos, segundo o cronograma, está entregue, tanto os em forma de documento (pendentes de avaliação e revisão), assim como cerca de 60% das plantas digitais (camadas) georreferenciadas.

3.2.2. Expectativa para finalização de uma primeira versão completa, segundo a Portaria Nº 3/2014

A previsão para a finalização de uma primeira versão completa do PDZ é estimada para o final de julho de 2019, tendo em vista que a previsão de publicação do Plano Mestre (a cargo da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC), informada pela Secretaria Nacional de Portos – SNP, para o fim de dezembro de 2018.

3.2.3. Ações tomadas para estruturar equipe do PDZ na CODESP

- Convite ao Eng^o Fernando Gazal, do corpo técnico da CODESP, para coordenar internamente a elaboração do PDZ, por falta de recursos para licitação do trabalho;
- Reuniões informais com a AGEM e Prefeitura Municipal de Santos para obter primeiras noções dos trabalhos de geoprocessamento;
- Resoluções DIPRE nº 34.2017, de 29 de março de 2017 e DIPRE Nº 89.2017 de 21 de junho de 2017, nomeando experiente equipe multidisciplinar inicialmente selecionada pelo Coordenador, para a execução dos trabalhos; e
- Inclusão de técnico(s) em geoprocessamento a tempo parcial no grupo de trabalho do PDZ.

Uma vez estruturada, a equipe adotou a seguinte metodologia de trabalho:

1. Denominação de “Entregável” a cada um dos itens, ou grupo de itens constantes do Anexo 3 da Portaria SEP nº. 3/2014.

2. Os entregáveis, isoladamente ou agrupados, foram distribuídos em forma de tarefa às Unidades Gerenciais da Empresa.
3. Designação das Unidades Gerenciais detentoras da informação atualizada e conhecimento relativo a cada tarefa objeto de cada Entregável listado, fazendo constar Escopo, Responsável e Prazo de entrega.
4. Elaboração do Termo de abertura do Projeto de Elaboração do PDZ e seu respectivo Plano de trabalho, com assinatura do Presidente da CODESP, do Patrocinador, do Gerente e do Líder do Projeto.
5. Realização de Reuniões periódicas, procurando seguir o formato indicado e a periodicidade indicados no Termo de abertura do Projeto.
6. Elaboração de Termo de Convênio com a Prefeitura Municipal de Santos, detentora do mais completo sistema de Geoprocessamento e Georreferenciamento e da Região Metropolitana da Baixada Santista, com finalidades múltiplas, notadamente a expertise e a capacitação de pessoal e de hardware necessários à implementação do Núcleo de Geoprocessamento na CODESP, para preencher uma lacuna de competência regimental atualmente em aberto, na Gerência de Planejamento e Desenvolvimento de Áreas e Instalações, subordinada à Superintendência de Planejamento Portuário, na Diretoria de Relações com o Mercado e Comunidade.

3.2.4. Próximas Ações Previstas

Adicionalmente às reuniões ora em curso sobre planejamento portuário de curto, médio e longo prazo, serão ouvidas as Prefeituras dos Municípios envolvidos pela malha Portuária, Associações de Terminais Portuários, Entidades Governamentais e demais setores de atividades relacionadas com o Transporte, Comércio, Meio Ambiente, Navegação, etc., para discussão dos temas relacionados ao futuro do Porto, objetivando o respaldo e as justificativas que conduzam tanto à conclusão quanto à validação do PDZ.

De posse da documentação de cadastro, das informações coletadas, do histórico da evolução dos contratos de arrendamento, das políticas de desenvolvimento regional, comercial e socioambiental, normas e regulamentos vigentes e sob a visão de crescimento, será feita a consolidação do trabalho, sempre, e de preferência, orientada pelo consenso dos envolvidos, tendo em conta os anseios de progresso emanados em discussões e recomendações sobre o planejamento e desenvolvimento Porto no horizonte de cinco, dez e vinte anos.

4. Ações de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança

4.1. Segurança Pública Portuária

4.1.1. Ações Concluídas em 2018:

- Reativação do Patrulhamento Marítimo;
- Realização de Avaliação Psicológica de todo o pessoal operacional da Guarda Portuária, habilitando a capacitação para o exercício de Tiro Prático, para fins de renovação do Porte de Arma;
- Reforço na segurança do prédio da Superintendência da Guarda Portuária, implementação de controle de acesso de veículo e de perímetro;
- Formação de 20 (vinte) novos Supervisores de Segurança Portuária;
- Início do processo de troca de câmeras de monitoramento instaladas ao longo do Porto Organizado, por equipamentos de melhor qualidade;
- Implementação de novos sistemas de controle de acesso (leitura de placa traseira de veículos e controle de acesso eventuais);
- Aprimoramento do Sistema de Gestão da Unidade de Segurança - SGUS.

4.1.2. Ações a serem cumpridas em 2019:

- Elaboração e aprovação da 2ª Edição do Plano de Segurança Pública Portuária - PSPP;

- Adequação e modernização do SECAM - Sistema de Controle de Acesso e Monitoramento;
- Construção e reforma de Gates e Bases de fiscalização;
- Ampliação do CCCom - Centro de Controle, Comunicação e Operações de Monitoramento;
- Capacitação de Tiro Prático para todo o pessoal operacional da Guarda Portuária, visando à renovação do Porte de Arma;
- Continuidade do processo de troca de câmeras de monitoramento instaladas ao longo do Porto Organizado.

4.2. Saúde e Capacitação do Trabalhador Portuário

Segue na **Tabela 3** a relação dos cursos/capacitações e palestras ofertados para os trabalhadores da CODESP ao longo do ano de 2018.

Tabela 3 – Cursos e Capacitações 2018.

Capacitação	Número de Participantes	Entidade	Início	Término	Carga
ATUALIDADES DAS OPERACOES PORTUARIAS	87	CODESP	06/02/2018	06/02/2018	2
FISCALIZACAO DAS OPERACOES PORTUARIAS	29	CODESP	06/02/2018	09/02/2018	24
MONITORAMENTO AMBIENTAL PORTUARIO	1	FACULDADE DE TECNOLOGIA - FATEC	06/02/2018	06/02/2018	4
NR 10 - RECICLAGEM	37	FUNDACAO CENTRO DE EXCELENCIA PORTUARIA DE SANTOS - CENEP	19/02/2018	23/02/2018	20
(PALESTRA) FEBRE AMARELA, DENGUE E CHIKUNGUNYA	2	INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS DA BAIXADA SANTISTA	28/02/2018	28/02/2018	4
SEGURANCA DO TRABALHO (ONLINE)	1	ABED	01/03/2018	22/03/2018	12

Continuação da Tabela 3 – Cursos e Capacitações 2018.

Capacitação	Número de Participantes	Entidade	Início	Término	Carga
TRABALHO PORTUARIO NA OPERACAO (ONLINE)	1	ESCOLA VIRTUAL PORTOGENTE	01/03/2018	22/03/2018	5
INTRODUCAO A TECNOLOGIA DE SPRINKLERS PARA CONTROLE DE INCENDIOS (ONLINE)	1	SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	05/03/2018	26/04/2018	60
ATUALIDADES DAS OPERACOES PORTUARIAS (INSTRUTOR)	26	CODESP	12/03/2018	12/03/2018	2
FISCALIZACAO DAS OPERACOES PORTUARIAS	29	CODESP	12/03/2018	16/03/2018	20
NR 10 - RECICLAGEM	11	FUNDACAO CENTRO DE EXCELENCIA PORTUARIA DE SANTOS	12/03/2018	16/03/2018	20
COMUNICACAO EM SITUACOES DE CRISE E EMERGENCIAS	1	SUSTRANS TRAINING	14/03/2018	14/03/2018	4
HIGIENE E SEGURANCA DO TRABALHO	3	CODESP	27/03/2018	27/03/2018	3
ATENDIMENTO HUMANIZADO AO CLIENTE	1	UNIMED SANTOS	27/03/2018	27/03/2018	8
MERCADORIAS PERIGOSAS (ONLINE)	1	ESCOLA VIRTUAL PORTOGENTE	01/04/2018	16/04/2018	12
TRABALHO PORTUARIO NA OPERACAO (ONLINE)	1	ESCOLA VIRTUAL PORTOGENTE	01/04/2018	12/04/2018	5
BRIGADISTA DE INCENDIO	8	CODESP	03/04/2018	03/04/2018	8
TREINAMENTO BRIGADISTA DE INCENDIO	9	CODESP / GESET	04/04/2018	04/04/2018	8
SISTEMA ELETRICO DE POTENCIA - SEP (RECICLAGEM)	15	FUNDACAO CENTRO DE EXCELENCIA PORTUARIA DE SANTOS	16/04/2018	20/04/2018	20
CICLO DE ESTUDOS DE CAPACITACAO NA PREVENCAO E ENFRENTAMENTO DAS AMEACAS ASSIMETRICAS E NA DEFESA NUCLEAR, BIOLOGICA, QUIMICA, RADIOLOGICA E EXPLOSIVOS - NBQR	2	INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO E CRIMINOLOGIA - IBDC	16/04/2018	20/04/2018	50

Continuação da Tabela 3 – Cursos e Capacitações 2018.

Capacitação	Número de Participantes	Entidade	Início	Término	Carga
LEGISLAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS	3	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE TERMINAIS E RECINTOS ALFANDEGARIOS - ABTRA	23/04/2018	23/04/2018	8
ARRITMIAS VENTRICULARES: DA MEDICACAO AO CDI (ONLINE)	1	INSTITUTO ISRAELITA DE ENSINO E PESQUISA ALBERT EINSTEIN	23/04/2018	23/04/2018	2
DOENCAS DA PROSTATA (ONLINE)	1	INSTITUTO ISRAELITA DE ENSINO E PESQUISA ALBERT EINSTEIN	23/04/2018	23/04/2018	1
DIVERSIDADE NAS ORGANIZACOES	1	FUNDACAO GETULIO VARGAS - FGV ONLINE	01/05/2018	06/05/2018	15
EXERCICIOS SIMULADOS (ALTERACAO NO NIVEL DE SEGURANCA)	8	CODESP	08/05/2018	08/05/2018	2
EXERCICIOS SIMULADOS (MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE VEICULO NO PORTO ORGANIZADO)	6	CODESP	10/05/2018	10/05/2018	2
EXERCICIOS SIMULADOS (MONITORAMENTO E ABORDAGEM DE VEICULO)	27	CODESP	12/05/2018	12/05/2018	2
EXERCICIOS SIMULADOS (DIRECAO DEFENSIVA E TEMPO RESPOSTA)	6	CODESP	15/05/2018	15/05/2018	1
ATUALIZACAO DE AGENTE DE TRANSITO	5	COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRAFEGO DE SANTOS - CET	15/05/2018	18/05/2018	32
EXERCICIOS SIMULADOS (PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DE ACIONAMENTO DO PAM)	11	CODESP	17/05/2018	17/05/2018	2

Continuação da Tabela 3 – Cursos e Capacitações 2018.

Capacitação	Número de Participantes	Entidade	Início	Término	Carga
GESTÃO E EXCELENCIA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE	1	CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO - CRA/SP	18/05/2018	18/05/2018	2
SEGURANÇA NOS SISTEMAS ELÉTRICOS DE POTÊNCIA - SEP (RECICLAGEM)	8	FUNDAÇÃO CENTRO DE EXCELENCIA PORTUÁRIA DE SANTOS - CENEP	21/05/2018	25/05/2018	20
OPERAÇÕES PORTUÁRIAS - ATUALIZAÇÃO	21	CODESP	05/06/2018	08/06/2018	20
OFICINA DE SAÚDE MENTAL DA GPORT	4	CODESP	13/06/2018	13/06/2018	2
RESÍDUOS SÓLIDOS E CONSUMO CONSCIENTE: DESCARTANDO VELHOS HÁBITOS	32	CODESP	14/06/2018	14/06/2018	2
USO, MODULAÇÃO E COMUNICAÇÃO VIA RÁDIO HT	32	CODESP	17/06/2018	17/06/2018	2
OFICINA DE SAÚDE MENTAL DA GPORT	6	CODESP	18/06/2018	18/06/2018	2
OPERADOR DE DRONES	1	NUCLEO DE TECNOLOGIA PROFISSIONAL	18/06/2018	21/06/2018	32
DIVERSIDADE NO BRASIL: O IMPACTO NAS ORGANIZAÇÕES	1	ABTD - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO	19/06/2018	19/06/2018	4
OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO BOMBAS E EXPLOSIVOS	1	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA - SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	19/06/2018	13/08/2018	60
TREINAMENTO DE MODULAÇÃO/ACIONAMENTO PAM	7	CODESP	22/06/2018	22/06/2018	1
RADIOOPERADOR EM GMDSS	4	WEST GROUP TREINAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA	25/06/2018	06/07/2018	88

Continuação da Tabela 3 – Cursos e Capacitações 2018.

Capacitação	Número de Participantes	Entidade	Início	Término	Carga
TECNICAS E ACOES DE ABORDAGEM E ALGEMACAO (TEORICO E PRATICO)	40	CODESP	26/06/2018	26/06/2018	4
(PALESTRA) AJUDANDO O AMBIENTE SUSTENTAVEL - JUNTOS PODEMOS FAZER MAIS E MELHOR	11	CODESP	28/06/2018	28/06/2018	2
TREINAMENTO RADIO DO PAM	6	CODESP	06/07/2018	06/07/2018	4
TECNICAS DE OPERACAO COM CAMINHAO DE BOMBEIROS	15	CORPO DE BOMBEIROS - 1º SUBGRUPAMENTO DE BOMBEIROS - PB CENTRO	09/07/2018	18/07/2018	2
(PALESTRA) PRINCIPAIS CAUSAS DE BAIXA VISAO E CEGUEIRA	29	CODESP	11/07/2018	11/07/2018	2
CURSO ESPECIAL PARA TRIPULACAO DE EMBARCACOES DE ESTADO NO SERVICO PUBLICO - ETSP	15	CAPITANIA DOS PORTOS DE SAO PAULO	16/07/2018	27/07/2018	80
ATUALIZACAO DE AGENTE DE TRANSITO	6	COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRAFEGO DE SANTOS - CET	17/07/2018	20/07/2018	32
A DIVERSIDADE NAS ORGANIZACOES E SUA RELACAO COM OS RESULTADOS	2	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE RECURSOS HUMANOS - ABRH	20/07/2018	20/07/2018	2
CURSO DE APERFEICOAMENTO PROFISSIONAL PARA MOTORISTAS	1	COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRAFEGO DE SANTOS - CET	23/07/2018	31/07/2018	28
BOAS PRATICAS NO CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS	5	TRULY NOLEN	26/07/2018	26/07/2018	2
TREINAMENTO PRATICO - VAZAMENTO DE AMONIA NA SALA DE MAQUINAS	3	LOUIS DREYFUS	30/07/2018	30/07/2018	2

Continuação da Tabela 3 – Cursos e Capacitações 2018.

Capacitação	Número de Participantes	Entidade	Início	Término	Carga
TREINAMENTO EM VULNERABILIDADE A QUEDA DE ARVORES NO MEIO URBANO (2ª EDICAO)	1	FUNDAÇÃO DE ESTUDOS AGRÁRIOS LUIZ DE QUEIROZ - ESALQ / USP	31/07/2018	01/08/2018	16
SEGURANÇA DO TRABALHO (ONLINE)	1	ESCOLA VIRTUAL PORTOGENTE	01/08/2018	01/08/2018	12
TRABALHO PORTUÁRIO NA OPERAÇÃO (ONLINE)	1	ESCOLA VIRTUAL PORTOGENTE	01/08/2018	18/08/2018	5
TRABALHO PORTUÁRIO NA OPERAÇÃO (ONLINE)	1	ESCOLA VIRTUAL PORTOGENTE	01/08/2018	15/08/2018	5
ATUALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AMARRAÇÃO	83	CODESP	06/08/2018	10/08/2018	25
ATUALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AMARRAÇÃO (INSTRUTOR)	17	CODESP	06/08/2018	10/08/2018	25
ATUALIZAÇÃO DE AGENTE DE TRANSITO	5	COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRAFEGO DE SANTOS - CET	07/08/2018	10/08/2018	32
OPERADOR/MULTIPLICADOR DE TECNOLOGIA NÃO-LETAL	27	POLY DEFENSOR	07/08/2018	07/08/2018	6
USO DO EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO RESPIRATORIA - EPR	13	CORPO DE BOMBEIROS - 1º SUBGRUPAMENTO DE BOMBEIROS - PB CENTRO	13/08/2018	13/08/2018	2
PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS LGBT	1	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP	15/08/2018	12/09/2018	30
SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL - AUDITORIA AMBIENTAL	11	CODESP	22/08/2018	22/08/2018	2

Continuação da Tabela 3 – Cursos e Capacitações 2018.

Capacitação	Número de Participantes	Entidade	Início	Término	Carga
O METODO DA ARVORE DE CAUSAS NA INVESTIGACAO E ANALISE DE ACIDENTES DO TRABALHO	2	FUNDACAO JORGE DUPRAT E FIGUEIREDO - FUNDACENTRO	22/08/2018	24/08/2018	18
USO DO EQUIPAMENTO DE PROTECAO RESPIRATORIA - EPR	6	CODESP	24/08/2018	24/08/2018	2
LEGISLACAO DO TRANSPORTE RODOVIARIO DE PRODUTOS PERIGOSOS	2	SUATRANS EMERGENCIA S/A	24/08/2018	24/08/2018	5
SIMULADO DE COMBATE A INCENDIO	15	CODESP	27/08/2018	27/08/2018	1
MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE MOTOCICLETAS NO PORTO ORGANIZADO	6	CODESP	28/08/2018	28/08/2018	2
(PALESTRA) PATERNIDADE: DESEJO, DIREITO E COMPROMISSO	6	CODESP	29/08/2018	29/08/2018	2
OFICINA DE SAUDE MENTAL DA GPORT	7	CODESP	31/08/2018	31/08/2018	2
SEGURANCA DO TRABALHO (ONLINE)	1	ESCOLA VIRTUAL PORTOGENTE	01/09/2018	29/09/2018	12
GESTAO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	1	NUCLEO DE TECNOLOGIAS PARA EDUCACAO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHAO	01/09/2018	15/09/2018	60
OFICINA DE SAUDE MENTAL DA GPORT	8	CODESP	05/09/2018	05/09/2018	2
(PALESTRA) DIVERSIDADE NAS ORGANIZACOES: A INCLUSAO DE TRANSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSGENEROS NO PORTO DE SANTOS	7	UNIPORTO	05/09/2018	05/09/2018	3
CURSO ESPECIAL DE SUPERVISOR DE SEGURANCA PORTUARIA	17	DGP - ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA	10/09/2018	14/09/2018	40
(PALESTRA) PURA - PROGRAMA USO RACIONAL DA AGUA	18	SABESP	12/09/2018	12/09/2018	2

Continuação da Tabela 3 – Cursos e Capacitações 2018.

Capacitação	Número de Participantes	Entidade	Início	Término	Carga
(PALESTRA) PREVENÇÃO AO SUICÍDIO	18	CODESP / CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA - CVV	13/09/2018	13/09/2018	2
NR 10 - RECICLAGEM	14	FUNDAÇÃO CENTRO DE EXCELENCIA PORTUÁRIA DE SANTOS - CENEP	17/09/2018	19/09/2018	12
SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA - SEP (RECICLAGEM)	12	FUNDAÇÃO CENTRO DE EXCELENCIA PORTUÁRIA DE SANTOS - CENEP	17/09/2018	19/09/2018	12
(PALESTRA) HEPATITES VIRAIS: EPIDEMIOLOGIA, PREVENÇÃO, IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO PRECOZES	7	CODESP	18/09/2018	18/09/2018	2
ABORDAGENS TÁTICAS EM PATRULHAMENTO	31	CODESP	18/09/2018	18/09/2018	4
OFICINA DE SAÚDE MENTAL DA GPORT	12	CODESP	19/09/2018	19/09/2018	2
(PALESTRA) PURA - PROGRAMA USO RACIONAL DA ÁGUA	9	SABESP	20/09/2018	20/09/2018	2
USO RACIONAL DA ÁGUA E RECICLAGEM DE ÓLEO	1	SABESP	20/09/2018	20/09/2018	2
(PALESTRA) USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS COM ÊNFASE EM AUTOMEDICAÇÃO, DESCARTE CORRETO E MEDICAÇÃO DE ALTO CUSTO	19	CODESP	25/09/2018	25/09/2018	2
ACOES ESTRATÉGICAS PARA A SAÚDE DA PESSOA IDOSA (ONLINE)	1	ESCOLA FIOCRUZ DE GOVERNO	01/10/2018	05/10/2018	10
SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA - SEP (RECICLAGEM)	9	FUNDAÇÃO CENTRO DE EXCELENCIA PORTUÁRIA DE SANTOS - CENEP	01/10/2018	04/10/2018	12

Continuação da Tabela 3 – Cursos e Capacitações 2018.

Capacitação	Número de Participantes	Entidade	Início	Término	Carga
MOVIMENTACAO DE CARGAS PERIGOSAS	1	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM - SENAT	01/10/2018	28/10/2018	22
SISTEMA ELETRICO DE POTENCIA - SEP (RECICLAGEM)	5	FUNDACAO CENTRO DE EXCELENCIA PORTUARIA DE SANTOS - CENEP	09/10/2018	11/10/2018	12
(PALESTRA) COMPULSAO ALIMENTAR	33	CODESP	10/10/2018	10/10/2018	2
SISTEMA ELETRICO DE POTENCIA - SEP (RECICLAGEM)	11	FUNDACAO CENTRO DE EXCELENCIA PORTUARIA DE SANTOS - CENEP	15/10/2018	17/10/2018	12
(PALESTRA) A QUEDA DA COBERTURA VACINAL NO PAIS: POR QUE DEVEMOS NOS PREOCUPAR	14	CODESP	18/10/2018	18/10/2018	2
RODA DE CONVERSA: CANCER DE MAMA E ATUALIDADES	13	CODESP	19/10/2018	19/10/2018	2
(PALESTRA) LIXO ZERO - ATITUDE CIDADÃ	17	CODESP	24/10/2018	24/10/2018	2
(PALESTRA) SAUDE BUCAL - MUITO ALEM DE UM SORRISO BONITO	14	CODESP	25/10/2018	25/10/2018	2
RODA DE DANÇA CIRCULAR - OUTUBRO ROSA	4	CODESP	31/10/2018	31/10/2018	2
GERENCIAMENTO COSTEIRO E AVALIACAO DE IMPACTO AMBIENTAL MARINHO	5	INSTITUTO OCEANOGRAFICO DA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - IO/USP	07/11/2018	07/11/2018	6

4.2.1. Ações em Saúde do Trabalhador Desenvolvidas sob Responsabilidade da Enfermagem do Trabalho

A seguir encontram-se elencadas as ações focadas na Saúde do Trabalho desenvolvidas sob responsabilidade da enfermagem do trabalho entre junho e outubro de 2018:

- **Atividade:** Campanha de Vacinação contra a Influenza (Gripe)
- **Data:** 18 a 21/06/2018
- **Número de participantes:** 476 pessoas, sendo que 277 (58%) eram empregados diretos da Companhia e 199 (42%) outros (terceirizados, estagiários, aprendizes e pessoas da comunidade no entorno da CODESP).

Tabela 4: Campanha de Vacinação contra a Influenza (Gripe)

FAIXA ETÁRIA (em anos)	TOTAL DE VACINADOS
9 a 19	16
20 a 29	74
30 a 39	129
40 a 49	75
50 a 59	128
60 a 64	40
65 a 69	09
70 a 74	03
75 a 79	0
80 ou +	01
Gestante: 09 a 19 anos	01
TOTAL GERAL	476



Figura 4 : A-B) Aplicação da Vacinação contra a Influenza (Gripe)

- **Atividade:** Palestra sobre Saúde Ocular
- **Data:** 10/07/18
- **Número** de participantes: 43 empregados
- **Facilitadores:** Dr. João Carlos Grottone e colaboradores – Médico oftalmologista do Hospital de Olhos Grottone

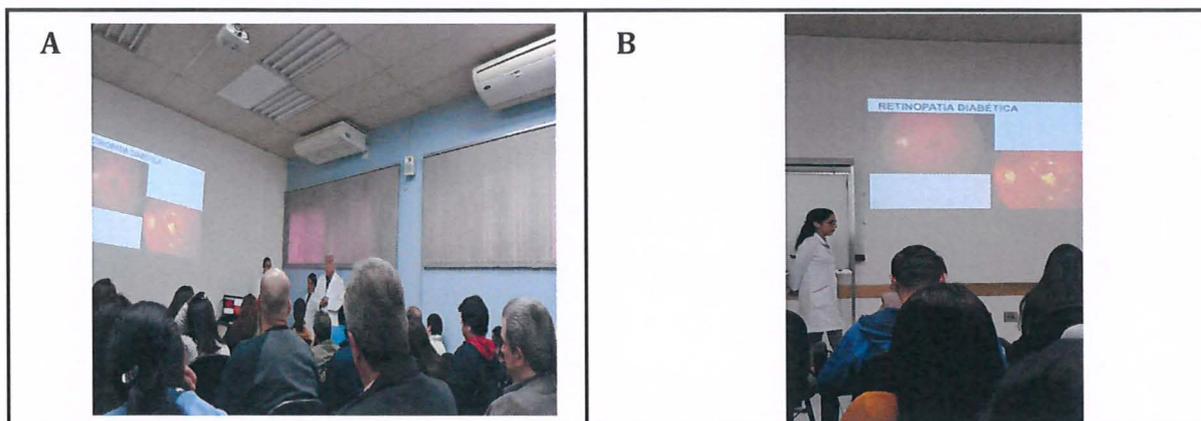


Figura 5: A-B) Palestra sobre Saúde Ocular

- **Atividade:** Ação preventiva no Posto Médico de Itatinga
- **Data:** 28/08/18
- **Número de participantes:** No total foram atendidas 78 pessoas e destas 08 apresentaram a pressão arterial bastante alterada ($\geq 150 \times 90$ mmHg), 04, alteração na glicemia capilar (esses estavam com a glicemia em mais de 200) e 65 pessoas apresentaram risco de doença cardiovascular aumentado. Todos receberam orientações individualizadas e, desta vez, não foi constatada a necessidade de encaminhamentos para o pronto socorro de Bertioga.



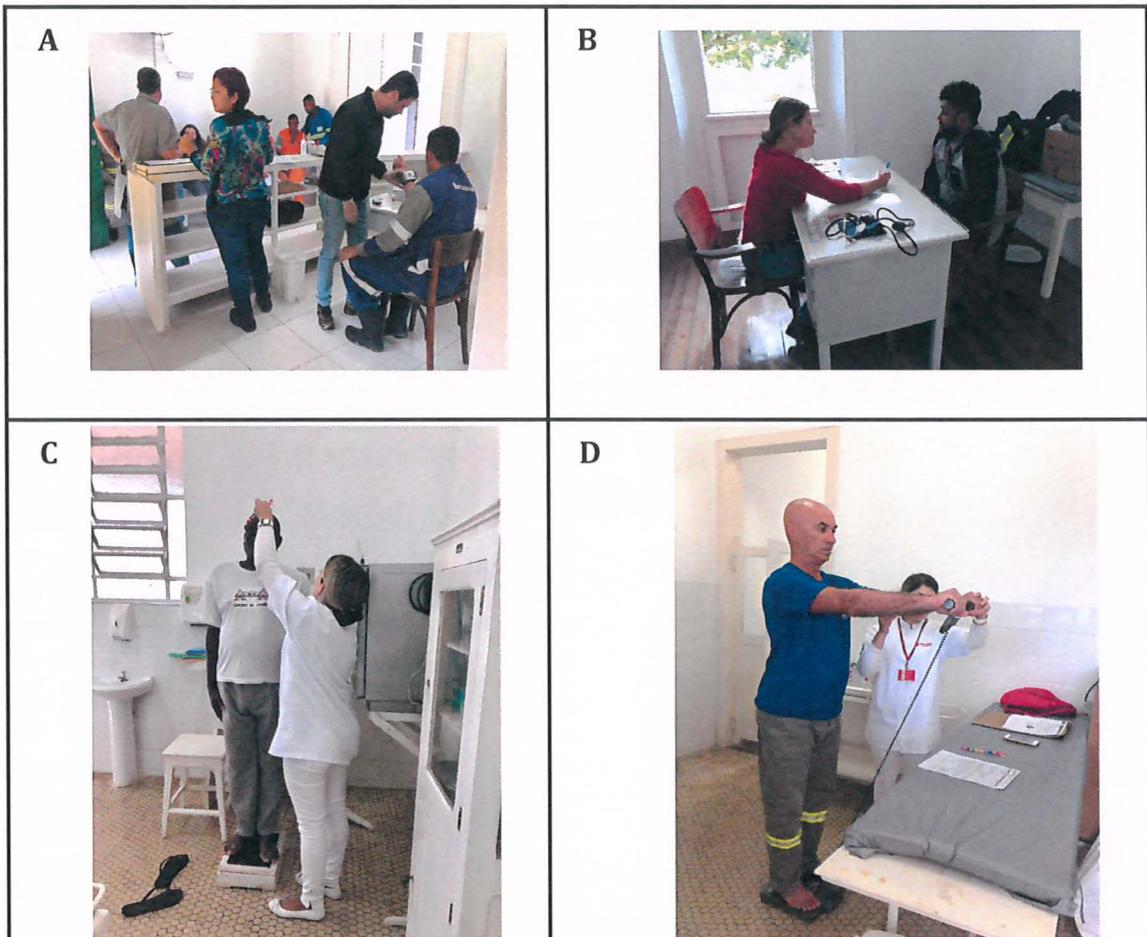


Figura 6: A-B-C-D) Ação Preventiva no Posto Médico de Itatinga

- **Atividade:** Abastecimento de materiais de primeiros socorros
- **Data:** 31/08 a 19/09/18
- **Nº. de locais atendidos:** 73 setores da Companhia receberam um kit com materiais de primeiros socorros contendo:
 - 01 pacote de algodão;
 - 01 caixa de curativo microporoso;
 - 01 rolo de esparadrapo;
 - 02 ataduras;
 - 06 pares de luvas de látex;
 - 01 vidro de antisséptico;

- 06 pacotes de gaze estéril;
- 01 máscara descartável para RCP;
- 01 livro com orientações de primeiros socorros.

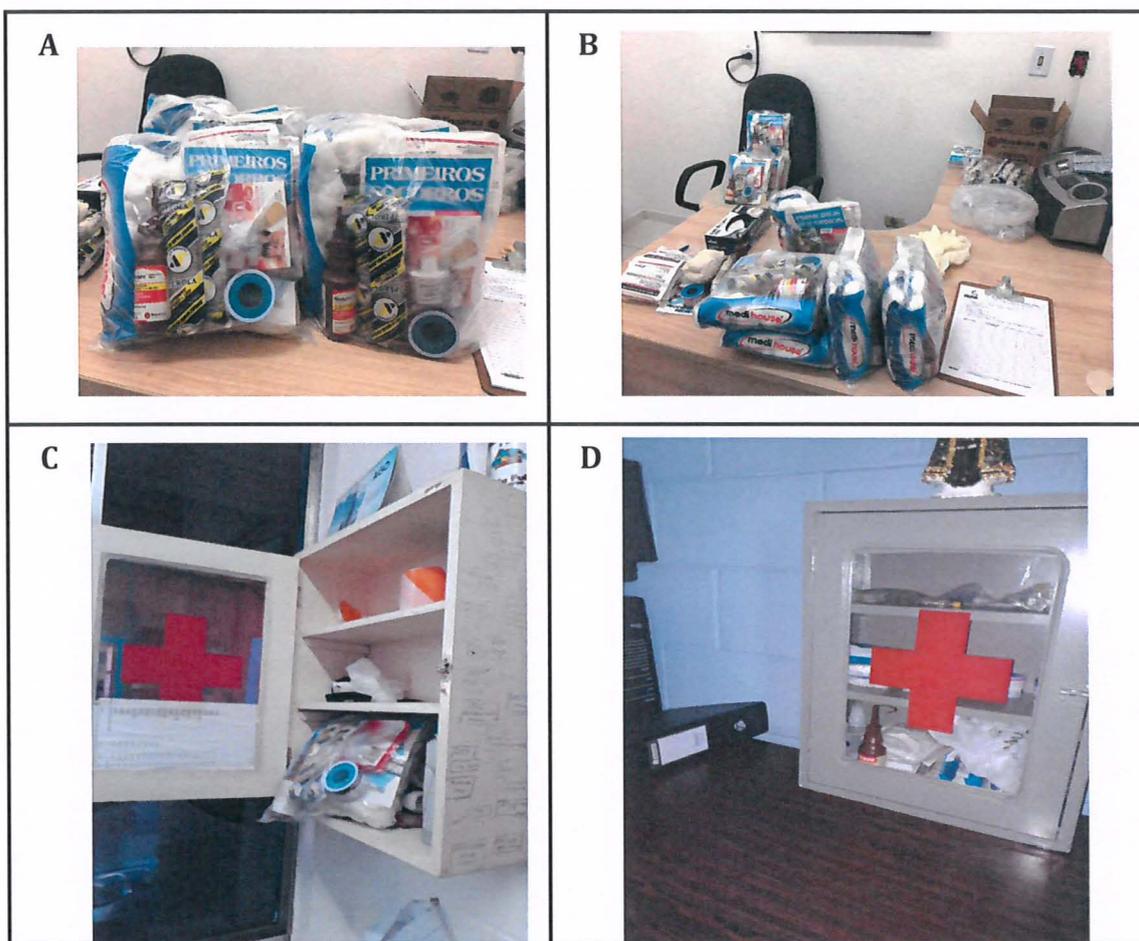


Figura 7: A-B-C-D) Abastecimento de materiais de primeiros socorros

- **Atividade:** Roda de conversa: Setembro Amarelo – Mês de Prevenção ao Suicídio
- **Data:** 13/09/18
- **Número de participantes:** 26 empregados
- **Facilitador:** Sr. José Renato – voluntário do Grupo de Valorização da Vida – CVV

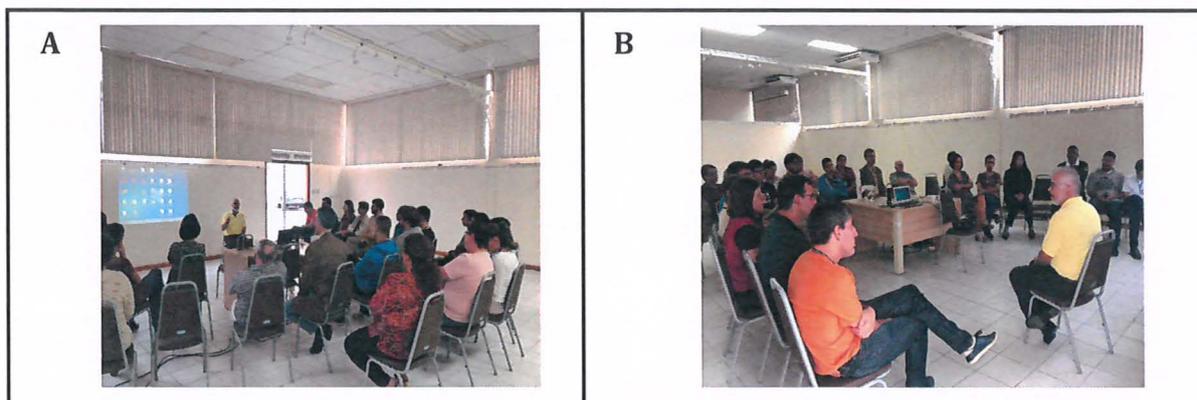


Figura 8: A-B) Roda de conversa: Setembro Amarelo – Mês de Prevenção ao Suicídio

- **Atividade:** Palestra - “Uso racional de medicamentos com ênfase em automedicação, descarte adequado e medicação de alto custo”.
- **Data:** 25/09/18
- **Número de participantes:** 17 empregados
- **Facilitadora:** Farmacêutica Dra. Gabrielle Sasso Porto

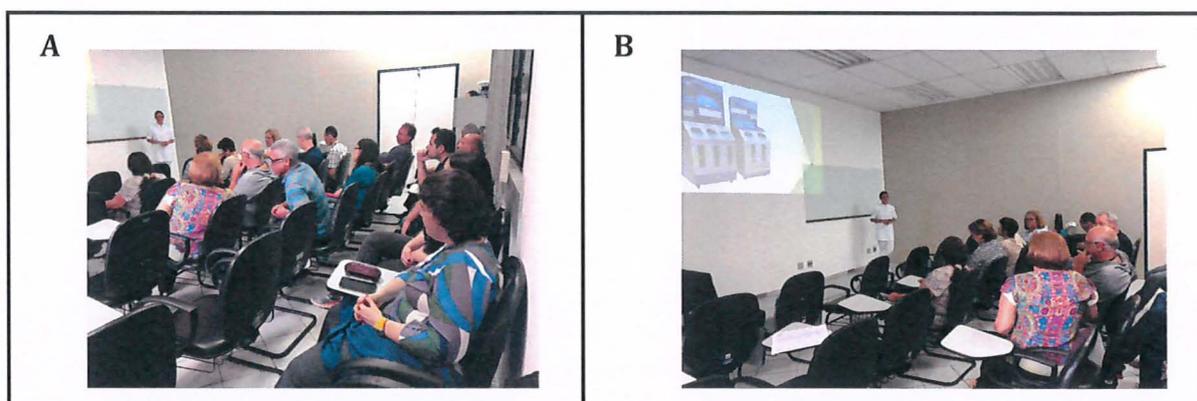


Figura 9: A-B) Uso racional de medicamentos com ênfase em automedicação, descarte adequado e medicação de alto custo.

- **Atividade:** Roda de conversa: Queda da cobertura vacinal no país: por que devemos nos preocupar?
- **Data:** 18/10/18
- **Número de participantes:** 14
- **Facilitadores:** Dra. Juliana Mikaro, Coordenadora do Serviço de Vigilância em Saúde, da Prefeitura Municipal de Santos, e Dr. Alex Charleaux Amorim. Coordenador da Seção de Imunização da Prefeitura Municipal de Santos.



Figura 10: A-B) Roda de conversa: Queda da cobertura vacinal no país: por que devemos nos preocupar?

- **Atividade:** Roda de conversa: Câncer de mama e atualidades
- **Data:** 18/10/18
- **Número de participantes:** 20
- **Facilitadora:** Dra. Mariana Haddad – médica especialista em Ginecologia e Obstetrícia e especializanda em Mastologia



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature that appears to be 'A. F. J.' and another signature below it.



Figura 11: A-B-C) Roda de conversa: Câncer de mama e atualidades

- **Atividade:** Doação de cabelos para a instituição Amor em Mechas (confeção de perucas para pessoas em tratamento de câncer)
- **Data:** 23/10
- **Número de doadores:** 02
- **Cabelereira voluntária:** Luciana Guilger



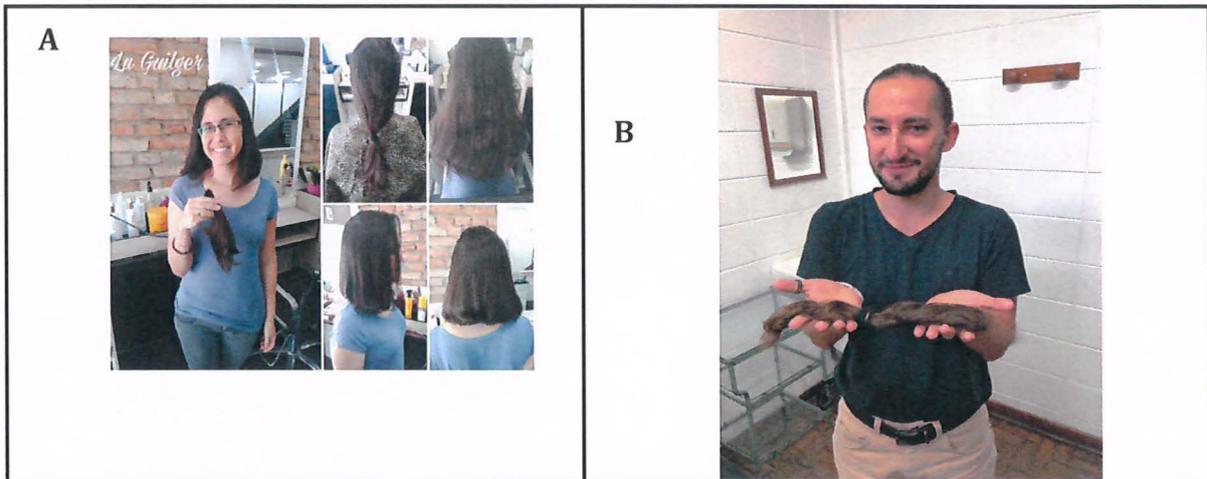
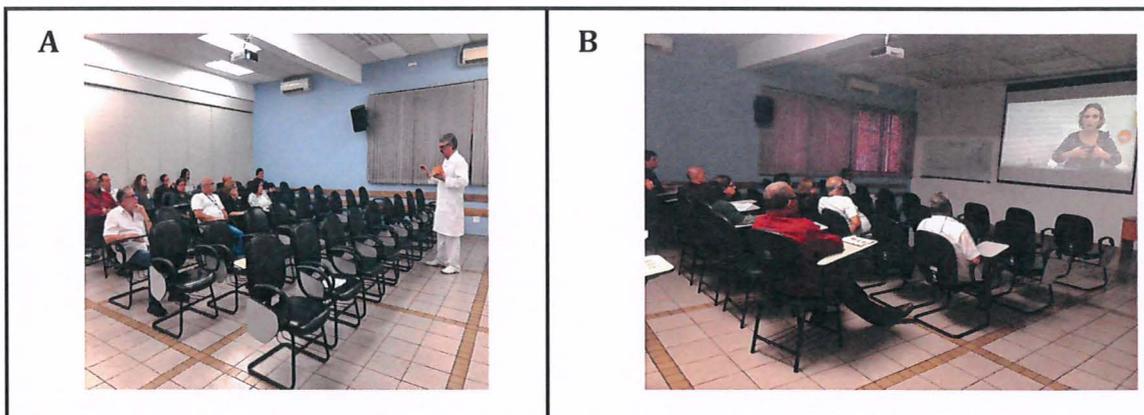


Figura 12: A-B) Doação de cabelos para a Instituição Amor e Mechas

- **Atividade:** Palestra - Saúde bucal: muito além de um sorriso bonito.
- **Data:** 25/10/18
- **Número de participantes:** 14 funcionários
- **Facilitador:** Dr. Mário Roberto Leite Augusto – Cirurgião dentista do Sindaport.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

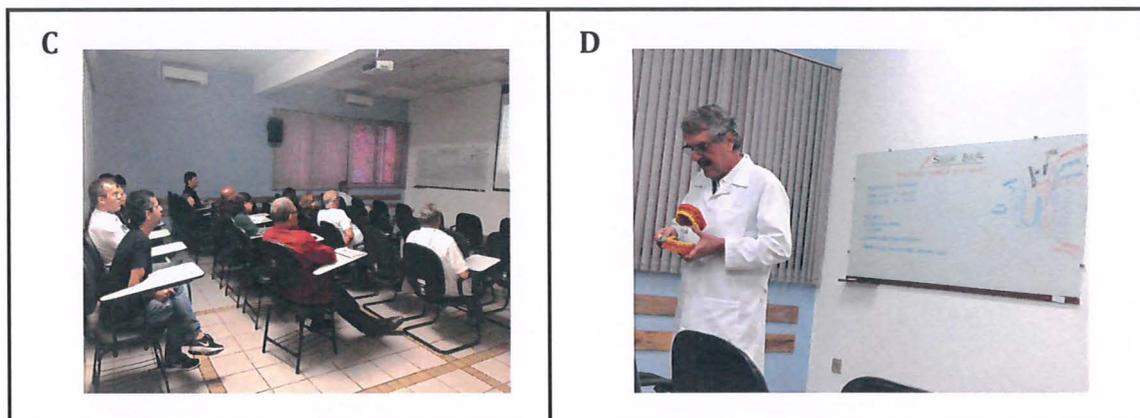


Figura 13: A-B-C-D) Palestra sobre Saúde Bucal

- **Atividade:** Roda de dança circular
- **Data:** 31/10/18
- **Número de participantes:** 10
- **Facilitadora:** Prof^ª. Adriana Ayres

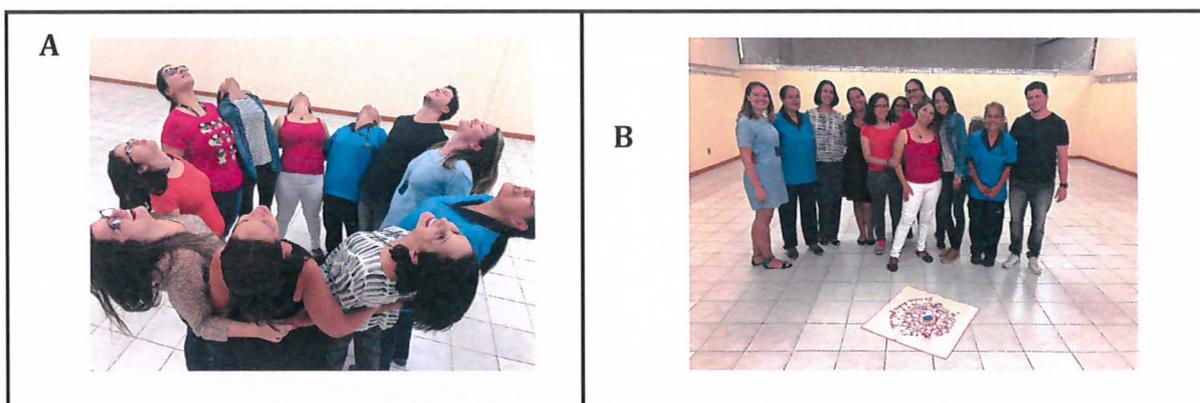


Figura 14: A-B) Roda de dança circular

Handwritten signatures and initials in blue ink.

4.2.2. Ações em Saúde do Trabalhador Desenvolvidas sob Responsabilidade da Fonoaudiologia

A seguir encontram-se elencadas as ações focadas na Saúde do Trabalho desenvolvidas sob responsabilidade da fonoaudiologia:

- **Atividade:** Saúde em Destaque
- **Descrição:** Materiais educativos sobre assuntos relacionados à saúde que são publicados mensalmente na intranet da CODESP.

- **Atividade:** Participação no curso “Atualização de Serviços de Amarração de Navios”
- **Data:** Mensalmente são realizadas duas turmas
- **Temas:** Primeiros Socorros e Saúde Auditiva

- **Atividade:** Auxílio na elaboração da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho-SIPAT 2018
- **Data:** Entre agosto e outubro de 2018

- **Atividade:** Palestra sobre Compulsão Alimentar
- **Data:** 10/10/2018
- **Facilitadora:** Prof^a Dra. Joana Ferreira





Figura 15 - Palestra sobre Compulsão Alimentar

4.3. Emergência e Contingência

4.3.1. Controle Integrado de Vetores

O Contrato DIPRE/61.2017, firmado entre a CODESP e a empresa Truly Nolen, contempla a realização do controle e monitoramento de vetores e pragas urbanas, com disponibilização de mão-de-obra especializada e aplicações de produtos específicos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. O mesmo possui abrangência em todas as áreas não arrendadas do Porto de Santos.

O referido contrato contempla o controle das seguintes pragas urbanas:

- Roedores;
- Moscas;
- Baratas;
- Formigas urbanas e cortadeiras;
- Abelhas e vespas;
- Pulgas e percevejos;
- Caramujos africanos;

- Aracnídeos: escorpiões, aranhas, ácaros e carrapatos; e
- Mosquitos, em especial o *Aedes aegypti*.

O controle de roedores é realizado através do tratamento químico com o auxílio de iscas raticidas anticoagulantes dispostas em porta iscas instaladas em pontos estratégicos ao longo do perímetro dos edifícios e monitoradas, no mínimo, mensalmente. As áreas críticas e os pontos estratégicos de controle são tratados e/ou vistoriados semanalmente ou conforme a necessidade.

Além dos porta-iscas, a Contratada utiliza outras medidas auxiliares, como o túnel com placa cola para ambientes internos, raticida em sachê, utilizado em ambientes isolados, e o pó de contato, utilizado em locais com fiações e em tocas.





Figura 16: A-B) Aplicação de pó de contato em tocas (A) e fiação elétrica (B); C-D) Manutenção das iscas para monitoramento de roedores; E) Túnel com placa cola instalado em ambiente interno e F) Exemplos capturados com esta metodologia.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

O controle dos artrópodes de importância sanitária (moscas, baratas, formigas, pulgas, percevejos, mosquitos e aracnídeos) é realizado através da desinsetização regular dos ambientes internos (paredes, pisos, tetos, equipamentos) e externos (caixas de esgoto, jardins, ruas, vias, paredes). Esta atividade é realizada com frequência mínima trimestral e o monitoramento deste serviço é realizado mensalmente. As infestações por pulgas e aracnídeos são tratadas com aplicações quinzenais com produtos próprios até o efetivo controle da espécie invasora.

A técnica de controle mais adequada é escolhida de acordo com as características de cada local e praga-alvo. Assim sendo, podem ser utilizados gel inseticida, pulverização, atomização, pó seco ou outra metodologia, desde que aprovada previamente pela equipe técnica da CODESP.



Figura 17: A) Aplicação de inseticida em gel em local de manipulação de alimentos; B) Aplicação de produto pela metodologia de polvilhamento; C-D) Aplicação de inseticida líquido em ambientes internos e externos

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Animais peçonhentos, como aranhas, escorpiões, lagartas e lacraias urticantes, são avistados com menos frequência na área portuária e registros de acidentes são raros. Em geral os cuidados para evitar esses animais são de características gerais, como o manejo e armazenamento adequado de resíduos sólidos, processos frequentes de capinação, poda de árvores e ações de desinsetização quando necessário. O tratamento químico para o controle de aracnídeos é muito similar ao utilizado para insetos rasteiros.

O controle de abelhas e vespas é feito de maneira peculiar, tendo em vista que estes animais são protegidos pela Lei Nº 9.605/98. Logo, o manejo desses insetos deve ser realizado por pessoa habilitada e capacitada, munida de todos os Equipamentos de Proteção Individual necessários para a execução segura da atividade.

Quando caracterizada situação de risco, as colônias são removidas e reinseridas no habitat natural ou, para o caso de espécies de importância econômica, transportadas para apiários devidamente licenciados e em conformidade com as normas da Confederação Brasileira de Apicultura. Após a remoção do enxame, as superfícies das instalações são tratadas com produtos químicos repelentes, a fim de evitar reinfestações. O uso de inseticidas somente é autorizado em situações onde há risco iminente de vida. Até o presente momento, o apicultor realizou doze atendimentos de remanejamento de abelhas e vespas.





Figura 18: A-B) Remoção de colméia em inservível nas proximidades do Armazém 4, região do Valongo.

O controle de culicídeos é realizado com enfoque no mosquito *Aedes aegyptie* é executado continuamente, possibilitando a inspeção de todas as áreas sob responsabilidade da CODESP em um prazo máximo de 15 dias. As ações de controle de culicídeos são norteadas pelos resultados das armadilhas de monitoramento do mosquito *A. aegypti*, identificando assim os pontos estratégicos e locais críticos. Os dados das armadilhas (**Anexo VIII**) são tabulados e encaminhados semanalmente para as arrendatárias e para a Prefeitura Municipal de Santos, permitindo que cada entidade (CODESP, Prefeitura e Terminais) tome as providências necessárias para manter suas áreas livres de criadouros.



Figura 19: Armadilhas de monitoramento do mosquito *A. aegypti* instaladas no Porto de Santos.

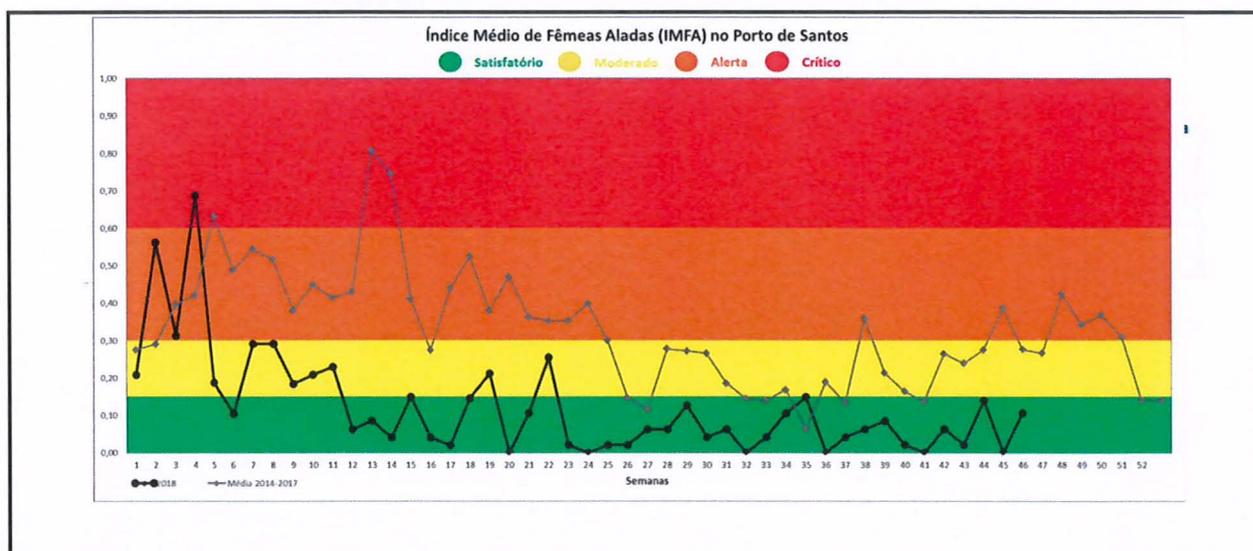


Figura 20: Evolução de IMFA (Índice Médio de Fêmeas Aladas) semanal observado em 2018 (linha preta), em relação à média histórica para o período (linha cinza).

Semanalmente, uma equipe da empresa contratada realiza inspeções nas áreas não arrendadas, procurando eliminar possíveis criadouros através do esgotamento mecânico da água pluvial acumulada. Em situações onde não é possível eliminar o foco imediata ou permanentemente, a água é tratada com a aplicação de larvicida, que impede o desenvolvimento e metamorfose da larva para o estágio adulto. O larvicida utilizado na CODESP (Sumilarv) é fornecido gratuitamente pela Superintendência de Controle de Endemias do Estado de São Paulo (SUCEN), órgão que também promove a capacitação técnica necessária para aplicação do produto.



Figura 21: A) Inspeção semanal da equipe de controle da dengue nas copas da CODESP; B) Aplicação de detergente no reservatório de água de uma geladeira. O produto possui ação larvicida; C) Aplicação do larvicida Sumilarv em uma coleção de água encontrada na faixa de cais de difícil esgotamento e D) Pneus encontrados na área portuária.

A cada semana, um compilado das não conformidades observadas pela contratada é enviado para a GESET que solicita aos setores competentes da

CODESP a promoção de ações preventivas como: remoção de pneus e inservíveis; manejo de peças metálicas em posições que impeçam futuros acúmulos de água; regularização ou desobstrução de calhas pluviais ou redes de drenagem; regularização do pavimento em locais propícios a formação de poças; entre outras atividades.

As inspeções dos locais de difícil acesso, tais como lajes e calhas, são realizadas quinzenalmente com o auxílio de um caminhão Munk equipado com cesto duplo aéreo. A partir do mês de setembro de 2018, essas inspeções passaram a ser realizadas também com o auxílio de veículos aéreos remotamente pilotados (drones). O serviço de vistoria por drones foi contratado pela CODESP, por meio do Contrato DIPRE/40.2018, para a realização múltiplas atividades. Cada inspeção realizada com este equipamento gera um relatório (**Anexo IX**). As inspeções das calhas solicitadas pela GESET são realizadas mensalmente.

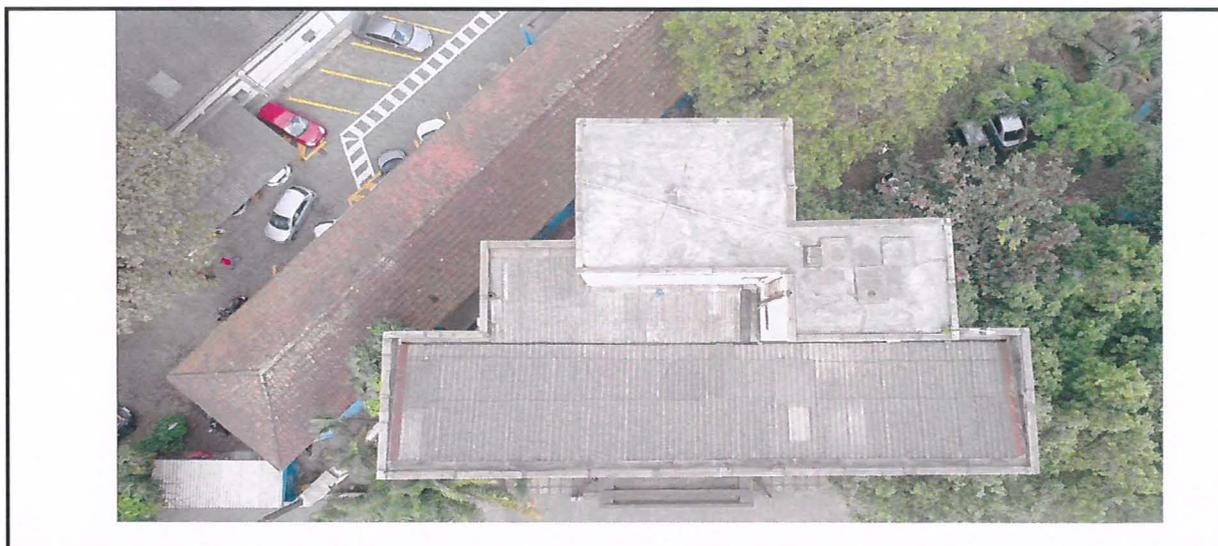


Figura 22: Vista aérea de prédio administrativo da CODESP obtida durante a inspeção auxiliada por "drones". Não foram encontrados acúmulos de água.

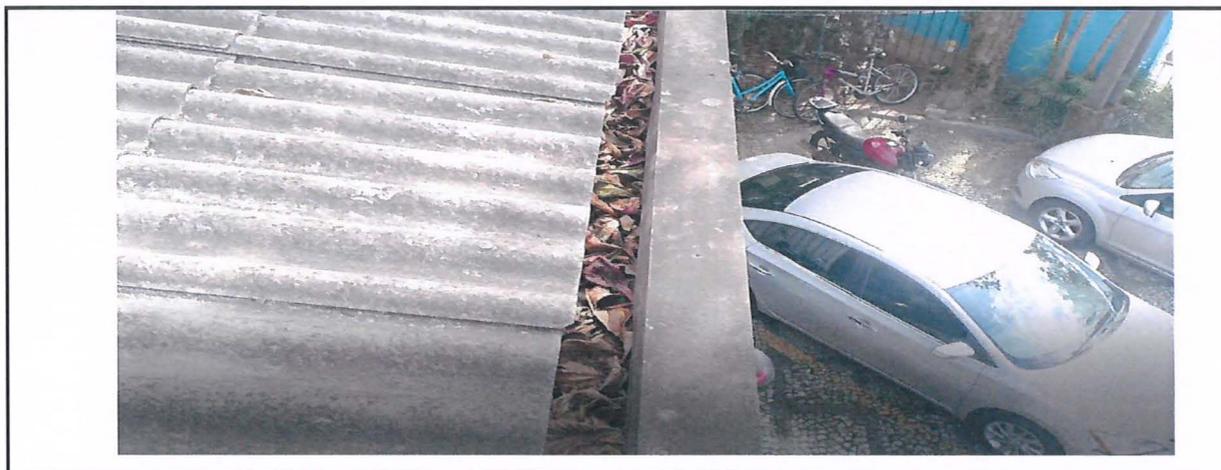


Figura 23: Acúmulo de folhas em calha de edifício administrativo da CODESP.

As ações de controle do caramujo africano, *Achatina fulica*, são pontuais e realizadas pela Contratada apenas quando há infestações. A fim de não afetar as espécies nativas, optou-se pelo o processo de catação manual e destruição mecânica das carcaças, conforme recomendações do Manual de Vigilância e Controle de Moluscos de Importância Epidemiológica, do Ministério da Saúde. Os resíduos são destinados para uma unidade básica de saúde do Município de Santos e tratados por incineração. Foram registradas oito ocorrências com caramujo até o momento em 2018.

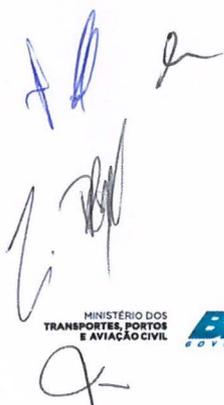




Figura 24: A) Colaborador da empresa Truly Nolen efetuando a remoção mecânica de caramujos na área do edifício da Presidência da CODESP; B) Presença de caramujos em porta-iscas localizado na área de cais, região do Saboó.

As atividades realizadas pela empresa controladora de pragas geram relatórios semanais (**Anexo X**), no tocante às atividades de controle de culicídeos, e relatórios mensais para as demais pragas-alvo (**Anexo XI**). Estes relatórios são repassados a diversos setores da CODESP responsáveis por sanar ou minimizar as não conformidades encontradas.

4.3.1.1. Ações de Conscientização

Durante o período de janeiro a novembro de 2018, foram realizadas 7 (sete) palestras sobre controle de vetores e pragas urbanas para os colaboradores da CODESP, usuários do Porto, estudantes e munícipes de Santos e região:

No dia 05 de fevereiro foi realizada uma palestra durante a 5ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho (SIPAT) do Concais - Terminal de passageiros. Nos dias 06 e 07 foi montado um stand no saguão do terminal para

distribuição de panfletos, esclarecimentos de dúvidas e informações sobre os programas de controle de animais sinantrópicos no Porto.

No dia 23 de fevereiro, os médicos veterinários da CODESP, Daniel Ragoneti de Moraes e Marcela Cristina Mendes Ribeiro, ministraram uma palestra aos servidores da Prefeitura de Santos, recém-contratados, que estavam em treinamento. Esses colaboradores passaram no concurso de 2017 e irão atuar como agentes de endemias do Município de Santos.

No dia 28 de fevereiro de 2018, os médicos veterinários da CODESP participaram do evento intitulado “Panorama Atual das Arboviroses - Febre Amarela, Dengue e Chikungunya” realizado no Teatro Procópio Ferreira, Guarujá – SP.

Já no dia 16 de março, a CODESP, em parceria com sua a contratada Truly Nolen, ministrou para as arrendatárias uma palestra sobre o controle e monitoramento de roedores na área portuária. A apresentação foi realizada no Centro de Treinamentos (CETRE) da Autoridade Portuária e os principais temas abordados foram: características dos roedores, doenças transmitidas ao homem e formas de controle e monitoramento. Essas palestras estão previstas no contrato DIPRE 61.2017 e são realizadas a cada três meses, aproximadamente, visando consolidar ainda mais a parceria entre CODESP e terminais.

No dia 17 de abril, os médicos veterinários da CODESP fizeram uma apresentação para os alunos de pós-graduação em Saúde e Meio Ambiente, da UNIMES, sobre as ações de controle e monitoramento de vetores e pragas urbanas no Porto de Santos. A palestra teve como objetivo a divulgação das ações que são realizadas pela Autoridade Portuária em relação à infestação de animais sinantrópicos. Foram discutidos com os alunos os programas coordenados pela GESET, como o controle de culicídeos (mosquitos), pombos e animais domésticos, entre outros.



Na data de 24 de abril, foi realizada uma palestra durante a 4º SIPAT da empresa MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A, contratada da CODESP. Esse treinamento ocorreu no CETRE.

No dia 27 de abril, foi realizada uma apresentação sobre os programas de controle de vetores aos estudantes de Bacharelado do Curso de Saúde Pública da USP.

No dia 26 de julho, a CODESP, em parceria com sua a contratada Truly Nolen, ministrou para as arrendatárias e para os colaboradores da CODESP uma palestra sobre boas práticas no controle de vetores e pragas urbanas. A apresentação foi realizada no Centro de Treinamento (CETRE) da Autoridade Portuária e teve como objetivo conscientizar a população portuária sobre a necessidade de mudanças comportamentais como ferramenta de auxílio no controle de pragas.

No dia 06 de dezembro ocorreu o “Workshop técnico sobre o controle de abelhas na área portuária”, evento organizado pela equipe da GESET para os colaboradores da CODESP e empresas arrendatárias. A palestra foi ministrada pelo Sr. Orlando Liberato, apicultor profissional, subcontrato pela empresa Truly Nolen para a realização do manejo de abelhas e vespas no contrato DIPRE 61.2017.

Durante segundo semestre, os médicos veterinários da CODESP ministraram palestras sobre o controle da fauna sinantrópica nociva à equipe de auxiliares portuários da CODESP, no curso “Atualização dos Serviços de Amarração”. As palestras abordam a biologia das pragas urbanas encontradas na faixa portuária, ações realizadas pela equipe de vigilância da CODESP e noções de boas práticas. O curso teve início no mês de agosto e a última palestra será proferida no mês de dezembro, totalizando 8 apresentações.

[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

4.3.2. Programa de Controle de Pombos

O Contrato DP/84.2015 foi encerrado em 14 de dezembro de 2017. Neste mesmo ano foi elaborado um novo termo de referência visando à continuidade dos serviços de instalação e manutenção de medidas contra pombos nos edifícios sob responsabilidade da CODESP, já que os resultados obtidos através da execução do primeiro contrato foram eficientes e benéficos. Porém, devido a entraves administrativos internos, não houve êxito na contratação pretendida em 2018. Diante dos desafios apresentados no primeiro contrato, a equipe técnica estuda quais estratégias apresentam melhor custo-benefício, dada as necessidades frequentes de manutenção das medidas já instaladas. Assim sendo, um novo termo de referência está na fase de elaboração. Este tema é tratado como prioridade pela equipe de vigilância sanitária.

4.3.3. Plano de Área do Porto de Santos e Região

A revisão do Plano de Área, prevista para 2018, com o objetivo de incluir as oportunidades de melhoria identificadas no decorrer do tempo e também durante a realização dos exercícios simulados, ainda não foi concluída. O Grupo de Trabalho instituído continua ativo, se reunindo mensalmente para a elaboração e proposição das modificações.

4.3.4. Plano de Emergência Individual - PEI

Em 2018 foi prorrogado o contrato de atendimento a emergências com a empresa de atendimento a emergência, Brasbunker Participações S.A., cujo contrato que tinha o seu término previsto para abril de 2018, foi renovado por mais 24 meses. Através deste contrato é operacionalizado o PEI.

No âmbito do Plano de Emergência Individual, temos como metas para 2019 a realização até o final do ano de pelo menos um exercício simulado, de forma individual ou em conjunto como o Plano de Área do Porto de Santos e Região.

Outra ação é a composição de novo termo de referência para orientação da contratação de nova empresa de atendimento em substituição ao Contrato DP 23.2015, com término previsto para abril de 2020, o que deve ser concluído até o mês de agosto de 2019.

4.3.5. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA

A Gerência de Segurança do Trabalho – GESET concluiu em março de 2018 a revisão anual do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, conforme preconiza a NR 09, e já está procedendo à revisão anual do PPRA, para 2019. Tal revisão consiste na avaliação do desenvolvimento do programa e determinação de metas e planejamento para o ano em que se segue.

Conforme o documento, a quase totalidade das exposições dos empregados da CODESP avaliadas por método quantitativo são toleráveis e não requerem ações de controle. Apenas um Grupo Homogêneo de Exposição - GHE apresentou exposição acima do limite de tolerância adotado, para o qual já existe medida de controle implantada: proteção individual.

Em relação ao PPRA, a meta para 2019 é a continuidade das ações de monitoramento das exposições e medidas de controle. Como meta no âmbito do programa para 2019, temos a realização de novas avaliações quantitativas para exposições dos trabalhadores dos terminais de graneis líquidos, o que deve ser realizado até o final de 2019.

4.3.6. Plano de Ajuda Mútua - PAM

Ao longo do ano de 2018, foram realizadas inspeções técnicas pelo PAM do Porto junto aos terminais portuários com a finalidade de constatar a situação atual dos seus sistemas e equipamentos de combate a incêndio. Durante as inspeções foram apresentados aos participantes os pontos de encontro, bem como as rotas de fuga e acesso dos Terminais.

Ademais, outra finalidade da inspeção é gerar a integração e troca de conhecimentos entre os brigadistas e a equipe de segurança dos terminais, fortalecendo ainda mais o vínculo entre eles.

O cronograma de inspeção técnica estipulado no início do ano foi atendido em mais de 90% em 2018.

Ainda, destaca-se que em 2018, foram instituídas as visitas técnicas do Corpo de Bombeiros aos terminais associados, compreendendo todas as guarnições composta pelos Bombeiros na cidade de Santos, com o objetivo de que os integrantes destas guarnições se familiarizem com os integrantes do PAM do Porto junto a cada terminal, conhecendo seus acessos e rotas de fugas, bem como a estrutura física para combate a incêndios.

Durante o ano de 2018 foi promovido pelo PAM do Porto uma parceria conjunta com o Ministério do Trabalho no mês de abril/2018, a qual resultou em um Workshop de palestras visando à prevenção do trabalho em altura junto aos operadores portuários.

Outrossim, numa parceria entre a CODESP, PAM do Porto e a empresa Suatrans, foi realizado também o Workshop de Comunicação em situações de emergências, que contou com integrantes dos terminais da área de segurança e assessoria de imprensa. O intuito do Workshop foi gerar entrosamento entre as áreas para que o contato com a imprensa seja de uma forma clara em situações reais de emergência.

Em 2018, ocorreu a entrega da estrutura física da Base do PAM do Porto, planejada para abrigar as reuniões mensais e outras atividades realizadas no âmbito do plano. Tais reuniões, que ocorreram regularmente neste ano, visam o alinhamento quanto a ações preventivas de segurança e saúde do trabalho, visando minimizar cada vez mais a possibilidade de sinistros ampliados no Porto.

Neste último ano, atendendo solicitação do Corpo de Bombeiros, não foram realizados simulados face à ausência de equipamentos destinados a incêndios industriais e equipamentos que possibilitem sistema de abastecimentos de grande vazão.

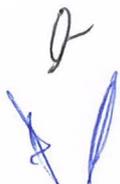
Para o ano de 2019, a previsão é que haja a continuidade das atividades já desenvolvidas no ano de 2018, bem como a volta de realização de treinamentos internos de acordo com a divisão de áreas do Porto.

4.3.7. Plano de Controle de Emergência - PCE

Considerando ser evidente a necessidade não só da atualização do programa, mas também a necessidade de que este plano seja bem estruturado, que reflita a nova realidade do Porto e possa se constituir em um guia de procedimentos adequado para o atendimento aos diversos possíveis cenários acidentais enveredamos esforços para a sua atualização. Para tanto foi elaborado Termo de Referência para a realização de Estudo de Análise de Riscos (EAR), visando o levantamento dos cenários acidentais e suas consequências não somente para a comunidade portuária, mas também para as comunidades circunvizinhas. Assim, aguarda-se a licitação desse estudo, o qual tem previsão de conclusão em até um ano e meio após a sua contratação, para assim possibilitar a estruturação de um planejamento adequado do atendimento a emergências no Porto de Santos.

Ao invés de procedimentos genéricos para alguns tipos de cenários, de posse do EAR com a determinação das consequências de cada cenário específico, podem-se estabelecer previamente ações específicas para cada um desses, como por exemplo, evacuação de áreas, rotas de acesso e fuga do local sinistrado.

O novo plano deve ainda prever as interfaces com os demais planos existentes no Porto de Santos, inclusive com o plano de emergência contra incêndios previsto na Instrução Normativa do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo para



edificações e Áreas de Risco, com os Planos de Emergência Individual, com os planos de atendimento a vazamentos e derrames de produtos químicos dentre outros.

4.3.7.1. Ações emergenciais e regulamento para Transporte de Cargas Classe tipo 7

As operações com cargas perigosas no âmbito do Porto de Santos, assim como as de classe 07, são reguladas pela Resolução CODESP DP Nº 44.2007 (**Anexo XII**), de 14 de maio de 2007, que regula a movimentação de Mercadorias Classificadas pelo Código Marítimo Internacional de Mercadorias Perigosas (Código IMDG), da Organização Marítima Internacional (MO), na área do Porto Organizado De Santos.

Esta resolução proíbe a armazenagem de mercadorias de classe 7 – “Radioativo” nas áreas do Porto Organizado. São permitidas apenas as operações de carga e descarga direta, onde a mercadoria desembarca diretamente do navio sobre o veículo rodoviário com destino a área fora do Porto e vice-versa.

No PCE são previstas ações gerais para acidentes envolvendo liberação de produtos perigosos de classe 1 a 9 e ações específicas para substâncias radioativas em seu Anexo VIII (**Anexo XIII**). Importante salientar que as ações determinadas no plano são ações iniciais de comunicação, isolamento e contenção da emergência, uma vez que a coordenação e o atendimento a emergências radiológicas são atribuição exclusiva do Conselho Nacional de Energia Nuclear.

4.3.8. Monitoramento Permanente de Atividades realizadas nos Terminais de Graneis Líquidos

Em caráter preventivo, técnicos da CODESP monitoram diariamente as atividades de manutenção realizadas nos terminais de graneis líquidos da Alemoa e Ilha Barnabé. Através do mecanismo de permissão de trabalho, é impedida a realização de atividades incompatíveis entre si, como serviços de soldagem e

operação com inflamáveis por exemplo. Tal mecanismo é de extrema importância, uma vez que estes locais são operados por diversas partes, cada qual com suas necessidades de manutenção em seus equipamentos, como válvulas, bombas e dutos presentes nos píeres e cais. Destarte, para todos os serviços de manutenção a serem realizados nestes locais, deve ser solicitada pelo operador a CODESP uma permissão de trabalho.

Após análise da atividade a ser executada e de suas incompatibilidades com as atividades que já estão sendo realizadas, cabe aos técnicos a sua liberação, caso a interação não ofereça riscos adicionais, ou o seu impedimento, caso ocorra o contrário.

4.3.9. Estudo de Análise de Risco / Plano de Atendimento a Emergências / Programa de Gerenciamento de Riscos

Conforme já explanado, o EAR deverá proporcionar uma visão clara dos riscos de origem tecnológica existentes no Porto de Santos, de forma a propiciar a formulação de novas diretrizes de prevenção a sinistros, assim como também o planejamento das ações de atendimento a emergências. No ano de 2018, não obtivemos avanços em relação à matéria.

A licitação destes objetos e o início das atividades deverão ser concretizados no ano vindouro, após nova revisão do Termo de Referência a fim de adequá-lo as novas diretrizes de licitação implantadas na CODESP.

4.3.10. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB

No ano de 2018, com trabalhos sob gestão da Gerência de Segurança do Trabalho – GESET, foi renovado o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB da Usina Hidroelétrica de Itatinga e também a regularização de algumas edificações através da emissão de Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros - CLCB, este,

dirigido a edificações de até 750 m², conforme legislação estadual, a saber (**Anexo XIV**):

- Casa Nove – Rua José do Patrocínio, 75; Edificação que abriga parte das instalações da Guarda Portuária;
- Edifício da Superintendência de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho – Av. Dr. Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Filho, 32;
- Edifício sede da Guarda Portuária – Rua Rodrigo Silva nº 9;
- Edifício do Centro Médico – Rua Rodrigo Silva nº 17.
- Edifício da Avenida dos Portuários – Avenida dos Portuários, 1170.

Apesar da existência de Termo de Referência para a contratação de projetos técnicos das medidas de proteção contra incêndios, este não foi licitado em 2018, sendo estabelecidas novas diretrizes para o tratamento do assunto, que consistem na regularização das edificações sujeitas a CLCB e a renovação dos AVCB vencidos, com a utilização de recursos próprios.

Apesar disto, a licitação de projetos técnicos ainda se faz necessária para diversas edificações e áreas de risco existentes no Porto, o que se espera que ocorra em 2019. Existe a necessidade de nova revisão do Termo de Referência para a contratação em função de defasagem de preços orçados e novas diretrizes licitatórias implantadas na CODESP.

Este é apenas o primeiro passo para a obtenção da documentação, sendo que uma fase de maior complexidade deve suceder a elaboração dos projetos, a adequação das edificações não conformes aos projetos aprovados, processo no qual haverá necessidade de obras e novas licitações.

Da totalidade de edificações sob responsabilidade da CODESP, apenas três possuem o Auto, estando estes vencidos e pendente de renovação. Desde meados de 2015, a GESET tem se dedicado em um primeiro momento a realizar o

levantamento de todas as edificações e áreas de risco existentes, passíveis de vistoria e emissão do auto, e em um segundo momento elaborando o Termo de Referência para a contratação de projetos técnicos das medidas de proteção contra incêndio. Assim foram levantadas mais de uma centena de edificações passíveis da emissão de AVCB ou CLCB.

São metas para o ano que vem a revisão do processo, verificação das edificações passíveis de CLCB e revisão do termo de referência, o que deve ser concluído até maio. Cumpridas estas etapas, os próximos passos configuram-se na realização do processo licitatório e a contratação da empresa vencedora, o que esperamos ocorrer até o final de 2019.

4.3.11. Avaliação de Planos de Segurança de Obras e Serviços

De acordo com a Resolução CODESP DP Nº 07/2014, todos os planos de segurança, tais como PPRA, PCMSO e PCMAT, de obras e serviços, tanto contratados pela CODESP como os contratados por arrendatários, são avaliados pela Gerências de Segurança do Trabalho Tais análises garantem o atendimento ao mínimo da legislação de saúde e segurança do trabalho por tais empresas e permite aos técnicos da Companhia, compararem informações de campo com o descrito nos planos. No ano de 2018, foram avaliados os planos de 170 obras e serviços realizados na área do Porto Organizado de Santos.

4.3.12. Sistema Porto Sem Papel

Em dezembro de 2018 a CODESP extinguiu o fornecimento de informações sobre cargas perigosas para embarque, desembarque e em trânsito nos navios em formato impresso, passando assim toda a informação a estas relacionadas serem somente pelo sistema Porto Sem Papel.

A importância de se deter informações sobre as cargas perigosas a serem operadas e/ou presentes nos navios, consiste no poder de planejar ou priorizar as

ações em caso de ocorrência de algum sinistro envolvendo tal embarcação, principalmente em caso de incêndio a bordo. Garantir o resfriamento, ou efetuar a remoção de determinadas mercadorias perigosas é primordial para a proteção dos agentes que atuam na extinção do sinistro e para evitar o agravamento da situação. Além disso, experiências demonstram haver relevantes dificuldades em obter tais informações no ato da ocorrência.

Para o ano de 2019, o desafio é consolidar o condicionamento da atracação dos navios a Anuência de Riscos Operacional. Ainda existem pontos a serem melhorados no fornecimento da informação correta pelos armadores, inclusive o posicionamento da carga no navio conforme preconiza a Norma do Ministério do Trabalho.

Assim, espera-se para 2019 que haja a retomada das tratativas junto ao SINDAMAR para adequação de pontos onde ainda existam pendências em relação a norma, conforme citado no parágrafo anterior.

Reforçamos que também é necessária a uniformização de procedimentos em todos os portos brasileiros, uma vez que as principais reclamações dos agentes marítimos são justamente a diferença de procedimento e informações requeridas entre os portos nacionais em relação a este assunto.

Em relação ao sistema em questão, são metas para 2019 a consolidação do condicionamento da atracação do navio a anuência de risco, que deve ser iniciado já em janeiro de 2019, dos procedimentos de fornecimento de informações sobre o posicionamento de contêineres em navios e a correção de algumas incoerências comuns no fornecimento de determinadas informações, como peso, volume e quantidade de pacotes.



4.3.13. Plano Anual de Fiscalização – PAF 2018

4.3.13.1. Vigilância Sanitária

A equipe técnica da área de Vigilância Sanitária da GESET realiza inspeções periódicas visando detectar condições favoráveis à proliferação da Fauna Sinantrópica Nociva (FSN) existentes nas áreas públicas e arrendadas do Porto Organizado de Santos.

Em 2018, até o momento da elaboração deste documento, foram realizadas 41 inspeções nas áreas públicas da CODESP, com mão de obra própria. Todas as inspeções geram relatórios técnicos que tramitam internamente entre diversos setores da empresa, buscando solucionar os problemas constatados de forma célere e conjugada.

Além de atuar diretamente nas áreas públicas, a CODESP também colabora com os terminais arrendatários prestando apoio técnico, compartilhando boas práticas e, na qualidade de Autoridade Portuária, atuando na fiscalização de forma a garantir que as exigências estabelecidas na legislação e nos contratos de arrendamento sejam cumpridas. Essa fiscalização é conduzida de acordo com Plano Anual de Fiscalização (**Anexo XV**), que estabelece os procedimentos para realização de inspeções presenciais de técnicos e especialistas portuários da Companhia.

As ações de fiscalização têm foco prioritariamente preventivo e buscam identificar eventuais condições propícias para a manutenção da fauna sinantrópica nociva (condições de acesso ao interior de armazéns ou silos devido a falhas estruturais, excesso de grãos desperdiçados nas operações portuárias, etc.) e quando aplicável exigir as devidas medidas mitigadoras e corretivas. Os terminais são incentivados a buscar processos mais eficientes de forma a reduzir o desperdício e/ou aperfeiçoar os seus procedimentos de limpeza.

As inspeções são orientadas por um *checklist* (**Anexo XVI**) e todas as irregularidades constatadas e os respectivos prazos para resolução do problema são registrados em um Relatório de Inspeção (RI) emitido pelo Técnico de Meio Ambiente.

Em 2018, até a data de elaboração deste documento, a equipe técnica da GESET havia realizado 86 fiscalizações com foco em vetores e pragas urbanas nos terminais portuários.

Além das ações de fiscalização, as arrendatárias enviam mensalmente os relatórios referentes às ações do Núcleo de Prevenção da Dengue (NPD) e do controle de pragas. Estas atividades são realizadas pela própria empresa arrendatária em conjunto com empresas controladoras de pragas contratadas pelas mesmas. O envio destes documentos é normatizado pelas resoluções DP Nº 09.2014 (NPD) e DIPRE Nº 237.2016 (fauna sinantrópica nociva). Além dos relatórios, as empresas também encaminham o plano anual de intensificação de ações de combate ao *Aedes aegypti*. A CODESP mantém controle dos relatórios exigidos nas Resoluções supracitadas.

4.3.13.2. Segurança do Trabalho

Em 2018, a equipe da área de Segurança do Trabalho realizou 53 inspeções técnicas em áreas arrendadas do Porto Organizado de Santos, com o objetivo de verificar a existência de condições inseguras, aspectos de saúde ocupacional, sinalização de segurança e sistemas de combate à incêndios, baseadas no cumprimento e atendimento às Normas Regulamentadoras - NR's da Portaria 3.214, de 08 de junho de 1978, e nas Instruções Técnicas - IT's do Corpo de Bombeiros. O cronograma das inspeções concretizadas segue ilustrado na **Tabela 5**.

Todas as ações fiscalizadoras realizadas resultaram na elaboração de relatórios técnicos, visando reportar aos interessados, eventuais não conformidades constatadas, assim como as condições satisfatórias de segurança do trabalho e boas

práticas adotadas pelo Terminal inspecionado. Ao todo foram identificadas 84 não conformidades pontuais relacionadas às condições gerais de trabalho e segurança, sendo que desse total, conforme demonstrado na **Figura 25**:

- 64 não conformidades foram devidamente solucionadas pelos arrendatários, o que representa uma porcentagem de atendimento de 76,20%;
- 03 possuem previsão de conclusão para o 1º trimestre de 2019 (3,60% do total de não conformidades);
- 17 encontram-se em tratativas para atendimento (20,20% do total de não conformidades).



Tabela 5 - Cronograma de Inspeções de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional realizadas no âmbito do Plano Anual de Fiscalização – PAF 2018.

INSPEÇÕES PAF 2018 - GESET						
SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL						
Nº	ARÉIA	ARRENDATÁRIA	1ª INSPEÇÃO	REINSPEÇÃO 1	2ª INSPEÇÃO	REINSPEÇÃO 2
1	5	ADM	19/04/2018	25/07/2018	-	-
2	6	ADONAI	25/04/2018	13/07/2018	28/08/2018	19/10/2018
3	6	AGEO / AGEO NORTE	24/08/2018	NA	-	-
4	-	ALL (M.DIREITA)	-	-	-	-
5	7	ALL (M.ESQUERDA)	-	-	-	-
6	4	BANDEIRANTES	10/04/2018	NA	17/04/2018	19/07/2018
7	2	BTP	12/04/2018	NA	10/09/2018	NA
8	3	CEREAL SUL	06/04/2018	NA	11/07/2018	NA
9	5	CITROSUCO	07/11/2018	NA	-	-
10	4	CONCAIS	18/04/2018	NA	-	-
11	3	COPERSUCAR	28/06/2018	NA	-	-
12	2	DEICMAR E TMV	31/07/2018	-	-	-
13	2	ECOPORTO E TERMARES	16/04/2018	20/08/2018	-	-
14	3	ELDORADO / RISHIS	23/07/2018	NA	-	-
15	3	ELEVAÇÕES PORTUÁRIAS	04/09/2018	-	-	-
16	3	FIBRIA (ARM. 13, 14 E 15)	09/04/2018	NA	05/11/2018	-
17	5	FIBRIA CELULOSE (ARM.32)	09/04/2018	NA	05/11/2018	-
18	6	GRANEL QUÍMICA	17/05/2018	02/08/2018	-	-
19	5	LIBRA TERMINAIS	25/07/2018	NA	-	-
20	7	LOCALFRIO	26/10/2018	-	-	-
21	5	LOUIS DREYFUS (T30)	03/04/2018	06/08/2018	-	-
22	4	MARIMEX	07/05/2018	NA	-	-
23	5	NST / GB TERMINAIS (T31)	20/09/2018	NA	-	-
24	4	PÉROLA	03/04/2018	NA	25/09/2018	-
25	3	RODRIMAR - GRANEL	15/08/2018	NA	-	-
26	2	RODRIMAR - SABOÓ	27/08/2018	09/11/2018	-	-
27	7	SANTOS BRASIL	10/10/2018	NA	-	-
28	7	TEG/TEAG	08/05/2018	-	-	-
29	7	TERMAG	18/09/2018	NA	-	-
30	3	TERMINAL 12A	06/04/2018	NA	05/10/2018	NA
31	5	TERMINAL XXXIX	10/08/2018	24/10/2018	-	-
32	5	TES	02/05/2018	01/10/2018	-	-
33	7	TGG	22/08/2018	NA	-	-
34	4	T-GRÃO	05/04/2018	NA	05/07/2018	NA
35	8	TRANSBRASA	03/05/2018	05/09/2018	-	-
36	1	TRANSPETRO	-	-	-	-
LEGENDA						
NA - Não aplicável						

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

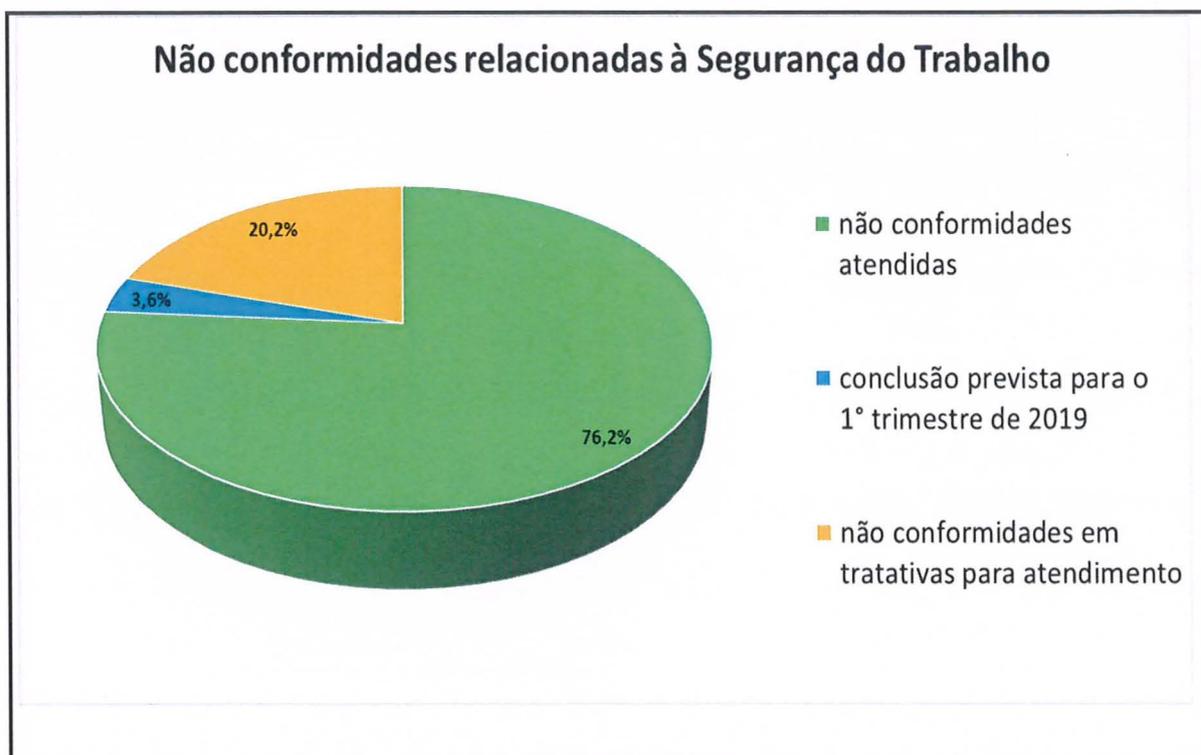
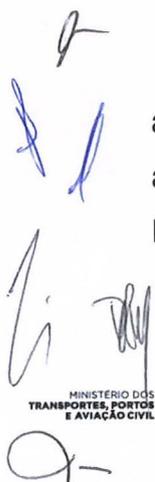


Figura 25: Não conformidades relacionadas à Segurança do Trabalho

4.3.13.3. Meio Ambiente

O Plano Anual de Fiscalização visa à melhoria no desempenho do processo de fiscalização e tem como objetivo o atendimento aos requisitos legais aplicáveis à proteção ambiental e social, à prevenção da poluição, buscando a melhoria contínua nas práticas de fiscalização, por meio da organização das ações fiscalizatórias executadas no ano de 2018 e de otimização do uso dos recursos disponíveis.

As Ações Fiscalizatórias buscaram o máximo de elementos probatórios de autoria e materialidade, vinculados à ocorrência verificada, de modo a permitir o adequado embasamento e sustentação técnicos dos fatos relatados nos documentos lavrados por representantes da Autoridade Portuária.



Com base em um planejamento de acesso a cada local do Porto, foi proposta uma organização das vistorias por áreas (Erro! Fonte de referência não encontrada.26 e Quadro 1). O critério utilizado para a subdivisão das áreas foi a proximidade entre áreas específicas / terminais, e a logística para que as Ações Fiscalizatórias possam ser efetuadas da maneira mais eficiente.



Figura 26: Divisão das áreas para a execução de Ações de Fiscalização.



Quadro 1 - Especificações dos locais contemplados em cada área.

Áreas	Locais
Área 1	Alemoa
Área 2	Saboó
Área 3	Valongo/Paquetá
Área 4	Outeirinhos
Área 5	Macuco
Área 6	Estuário
Área 7	Ponta da Praia
Área 8	Ilha Barnabé
Área 9	Margem Esquerda (Granéis)
Área 10	Margem Esquerda (Contêiner)
Área 11	Itatinga
Área 12	Áreas externas à região portuária sob alcance da CODESP

Ademais, foram previstas vistorias com técnicos embarcados, abrangendo toda a área do estuário em contato direto com o Porto Organizado de Santos.

A rota percorrida pela embarcação compreendeu um circuito, o qual abrangia toda a extensão de cais onde existissem instalações e áreas arrendadas, totalizando cerca de 30 km lineares.

A **Tabela 6** apresenta o quantitativo das Ações Fiscalizatórias planejadas para 2018, sendo que a meta para o respectivo ano foi cumprir, minimamente, 80% do quantitativo idealizado pela equipe técnica de meio ambiente.



Tabela 6 - Quantitativo das Ações Fiscalizatórias planejadas para o ano de 2018.

Áreas		Quantidade de Ações Fiscalizatórias 2018			
		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Área 1	Alemoa	3	3	3	3
Área 2	Saboó	2	1	2	1
Área 3	Valongo/Paquetá	3	3	3	3
Área 4	Outeirinhos	6	6	6	6
Área 5	Macuco	6	6	6	6
Área 6	Estuário	6	6	6	6
Área 7	Ponta da Praia	6	6	6	6
Área 8	Ilha Barnabé	6	6	6	6
Área 9	Margem Esquerda (Granéis)	2	2	2	2
Área 10	Margem Esquerda (Contêiner)	2	2	2	2
Área 11	Itatinga	2	1	2	1
Área 12	Jabaquara	1	-	1	-
Total planejado por trimestre		45	42	45	42
Total Geral		174			

Para acompanhamento dos resultados de cada Ação Fiscalizatória, foram utilizados os documentos constantes no **Quadro 2**, sendo que a aplicação de cada documento dependeu do viés de cada inspeção e de critérios aplicados pela chefia imediata.

g
A
L
P

Quadro 2: Tipos de documento admitidos para o acompanhamento dos resultados das Ações de Fiscalização.

TIPO DE DOCUMENTO	SIGLA
Relatório de Inspeção	RI
Relatório de Fiscalização	RF
Registro Fotográfico	RFoto
Relatório de Ocorrência Portuária	ROP

Os resultados de 2018, apurados até 26/12/2018, indicaram 249 inspeções realizadas e não foram abertos Relatórios de Ocorrência Portuária.

4.3.14. Normalização da Prestação de Serviços de Mergulho e Atividades Subaquáticas nas Áreas do Porto Organizado de Santos

Em 2018, foi publicada a Resolução DIPRE nº 128.2018 (**Anexo XVII**), de 10 de setembro de 2018, que estabelece o credenciamento de empresas de mergulho e autorização para a execução de atividades subaquáticas na área do Porto Organizado de Santos.

Diante do grande número de operações de mergulho realizadas nas áreas do Porto e considerando a necessidade de melhorias no controle e execução destas atividades, a resolução foi editada tanto para evitar a realização de ações lesivas ao meio ambiente como para garantir que os serviços sejam realizados por empresas e profissionais que atendam aos requisitos legais e possuam estrutura mínima para a realização dos serviços, de forma que seja assegurada a segurança dos trabalhadores destas atividades e do cumprimento da legislação ambiental de Saúde e Segurança no Trabalho.



4.4. Qualidade do Ar

No âmbito do processo de Regularização Ambiental do Porto de Santos, que culminou na emissão da Licença de Operação nº 1382/2017, a CODESP propôs o desenvolvimento de um Programa de Qualidade do Ar. No momento, o Programa passa por análise do IBAMA, estando sujeito a alterações.

Após a validação do referido programa, a CODESP desenvolverá um Termo de Referência para a implantação das ações previstas.

Paralelamente, deve-se destacar que a equipe da Gerência de Meio Ambiente – GEMAM faz o acompanhamento periódico dos resultados medidos pelas estações de monitoramento do ar da CETESB instaladas nas cidades de Santos (Ponta da Praia) e Guarujá (Vicente de Carvalho).

São obtidos os dados médios diários medidos pelas estações de monitoramento para o parâmetro de Partículas Inaláveis – MP10. Caso seja verificada uma alteração significativa é realizada inspeção nos terminais de granéis sólidos para verificação se a alteração aferida pode ter relação com a operação portuária. As planilhas de acompanhamento de 2018 podem ser consultadas no **Anexo XVIII**.

4.5. Qualidade da Água

As ações de monitoramento da qualidade da água na área do Porto Organizado de Santos são realizadas no âmbito Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas, previsto pela Licença de Operação nº 1382/17. Atualmente o programa é subdividido em duas vertentes, conforme apresentado logo abaixo.

a. Subprograma de Monitoramento da Qualidade da Água - Dragagens

O Subprograma de Monitoramento da Qualidade da Água, associado às obras de dragagem, tem como objetivo avaliar as alterações na qualidade de água

nas adjacências das operações das dragas, principalmente em decorrência da ressuspensão de sedimentos provocada pelo overflow.

A amostragem de água ocorre nas imediações da operação da draga no Canal Portuário de Santos. A campanha de amostragem é realizada no rastro de uma draga estacionária com escavadeira ou de uma draga autotransportadora.

Anualmente é prevista a realização de oito campanhas, sendo estimadas duas campanhas semestrais para cada um dos trechos do canal. Não obstante, o número e/ou localização destas campanhas pode variar com vistas à programação das operações de dragagem.

Na **Tabela 7** abaixo constam as campanhas realizadas no período abrangido pelo presente relatório. Ressalta-se que relatório consolidado para o ano de 2018 (janeiro a dezembro) deverá ser concluído, revisado e protocolado junto ao IBAMA no primeiro trimestre de 2019.

Tabela 7: Datas de realização das campanhas de monitoramento do Subprograma de Monitoramento da Qualidade da Água.

Data	Trecho amostrado
14/03/2018	Trecho 4
13/04/2018	Trecho 3
05/07/2018	Trecho 3
30/08/2018	Trecho 1



De forma geral, as alterações da qualidade da água durante a operação da draga, quando observadas, ocorreram de maneira temporária, sendo que, transcorridos 45 minutos após o início do overflow da draga, todos os parâmetros apresentaram concentrações similares às registradas nos pontos controle.



Um maior detalhamento do escopo do programa, bem como das campanhas realizadas e resultados obtidos ao longo do período de abrangência deste relatório se encontram nos relatórios mensais constantes no **Anexo XIX**.

Ressalta-se que o IBAMA, por meio do Parecer Técnico nº 105/2017-COMAR/CGMAC/DILIC, sugeriu que este subprograma seja futuramente encerrado quando da implantação do Programa de Monitoramento da Dragagem a partir dos Sensores das Dragas. Destarte, espera-se que o mesmo seja encerrado no ano de 2019.

b. Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas – Canal do Porto Organizado de Santos

O Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas possui um escopo mais abrangente, tendo como objetivo a avaliação semestral de parâmetros físicos e químicos em amostras de água coletadas ao longo de toda extensão do canal do Porto Organizado de Santos.

Atualmente a CODESP vem executando este programa de monitoramento mantendo o escopo da atividade preconizado pelo estudo de regularização ambiental protocolado junto ao IBAMA em 2011.

No período abrangido pelo relatório, foi realizada uma campanha do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas no mês de agosto/18.

Os resultados obtidos não evidenciaram indícios de contaminação por metais ou compostos orgânicos semi-voláteis ao longo do canal de navegação. No mais, observou-se uma tendência de diminuição das concentrações de sólidos totais (associados a íons oriundos da influência marinha) e de oxigênio dissolvido, e ainda, uma tendência de aumento de carbono orgânico total, fósforo total, nitrogênio amoniacal e nitrito em direção ao interior do estuário, fato que pode estar associado à



maior contribuição de matéria orgânica oriunda da drenagem continental, de origem natural e/ou antrópica.

Um maior detalhamento do escopo do programa, bem como das campanhas realizadas e resultados obtidos ao longo do período de abrangência deste relatório se encontram nos relatórios mensais constantes no **Anexo XIX**.

É importante destacar que a equipe técnica da CODESP já viabilizou a elaboração de um termo de referência visando a contratação de um escopo revisado deste programa em conformidade com o solicitado pelo IBAMA, no entanto ainda não houve êxito na abertura de processo licitatório visando a referida contratação.

Nesse sentido, estima-se que em 2019 a CODESP viabilize a abertura de processo licitatório e contratação de empresa especializada para a implantação do novo escopo para o Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas.

Não obstante, faz-se de suma importância ressaltar que as campanhas de monitoramento que vêm sendo realizadas considerando o escopo antigo deverão ser mantidas por esta Autoridade Portuária até que se obtenha sucesso na contratação supracitada.

4.6. Resíduos Sólidos

Em 2018, a CODESP deu continuidade às ações previstas nos documentos norteadores do gerenciamento de resíduos sólidos do Porto Organizado de Santos, a saber, o Plano de Gestão de Resíduos (disponível no link: http://www.portodesantos.com.br/wp_porto/wp-content/uploads/2018/07/residuos_solidos.pdf) e o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (**Anexo XX**).

A CODESP ainda não possui sistema de coleta seletiva plenamente em funcionamento, mas vem conduzindo esforços nesse sentido. Neste ano, a empresa adquiriu coletores para materiais recicláveis tradicionais (metais, papéis, plásticos e

vidros), além de coletores específicos para pilhas e baterias. Esse material será progressivamente instalado em pontos estratégicos nas áreas administrativas e operacionais da Companhia. Paralelamente, a CODESP vem divulgando informativos e ministrando palestras com vistas a conscientizar os funcionários da importância de reduzir a geração e promover a correta separação dos resíduos.

A CODESP não conta atualmente com cooperativas parceiras. Cabe destacar que, além de atuar no setor portuário, a companhia também atua na geração e distribuição de energia, através a hidrelétrica de Itatinga que fornece boa parte da energia utilizada no Porto de Santos. Com isso, são geradas grandes quantidades de sucatas metálicas dotadas de elevado valor comercial. Dessa forma, o material reciclável separado pela companhia não é tratado resíduo, mas como patrimônio da empresa. Esse material é armazenado temporariamente e posteriormente leilado, resultando em um retorno financeiro considerável. Entretanto, considerando as políticas nacionais que incentivam e até exigem participação de cooperativas de catadores no processo de destinação de recicláveis, a Autoridade Portuária está estudando junto ao seu setor jurídico a melhor forma de viabilizar essa integração.

Em atendimento ao PGRS, a CODESP possui três grandes contratos que envolvem coleta e destinação de resíduos sólidos. Esses contratos aparecem listados abaixo, a cópia dos mesmos pode ser visualizada no **Anexo XX**:

- Contrato DP/23.2015 – Envolve a prestação de serviços visando o atendimento de modo ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas por dia, em mar e terra, das ocorrências e emergências envolvendo hidrocarbonetos, seus derivados e produtos químicos na área do Porto Organizado de Santos e suas áreas de fundeio, e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados nessas operações;
- Contrato DIPRE/32.2018 – Envolve a prestação de serviço de segregação, beneficiamento, acondicionamento, coleta, movimentação interna,



transporte e destinação final de resíduos sólidos gerados pela CODESP, incluindo resíduos perigosos e da construção civil;

- Contrato DIPRE/67.2018 – Envolve a execução de serviços de limpeza geral, varrição, coleta e destinação final de resíduos.

Em relação à planilha de inventário, a CODESP mantém banco de dados com informações compiladas sobre o gerenciamento de resíduos sólidos dos diversos atores que atuam no Porto organizado de Santos, incluindo arrendatários, embarcações, prestadores de serviços, além é claro, dos resíduos gerados pela própria companhia. Os dados de destinação de resíduos são inventariados e classificados com base na Instrução Normativa IBAMA Nº 13, publicada 18 de dezembro de 2012, que divulga a Lista Brasileira de Resíduos Sólidos e devem ser enviados mensalmente para a equipe da Gerência de Meio Ambiente da CODESP, dentro do padrão definido pela Autoridade Portuária, acompanhados dos documentos comprobatórios dessas operações, tais como os Manifestos de Transporte de Resíduos, Certificados de Destinação Final (CDF's).

A planilha padrão de inventário (<http://www.portodesantos.com.br/outros-links/porto-sustentavel/#painel11>) foi elaborada no software Microsoft Excel® e nos últimos anos houve grande esforço da área técnica da CODESP para otimizá-la, de forma a simplificar e agilizar tanto a parte de preenchimento realizada pelos diversos atores, quanto a parte de conferência realizada pela equipe da CODESP. Apesar dos avanços obtidos, entende-se que ainda existem margens de melhoria, que seriam possibilitadas com a implantação de um sistema informatizado específico para o gerenciamento de resíduos no Porto de Santos. Nesse sentido, os setores de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação da CODESP vêm mantendo conversas frequentes para viabilizar esse sistema.

O controle de inventários de resíduos possibilitou grandes avanços na parte de fiscalização da CODESP, possibilitando maior controle e segurança para que todo

instrumentos legais. Há, contudo, algumas empresas que realmente demonstram estar preocupadas com sua responsabilidade socioambiental, adotando políticas/diretrizes que extrapolam suas “obrigações” legais.

Esse cenário heterogêneo abre espaço para que a CODESP atue como um agente integrador, compartilhando práticas de sucesso e contribuindo com a melhoria contínua dos processos de gerenciamento de resíduos dos diferentes atores e, conseqüentemente, para um porto melhor para todos.

4.7. Efluentes Líquidos

O setor de meio ambiente da CODESP efetua vistorias periódicas com o objetivo de fornecer orientações técnicas aos arrendatários, de forma a garantir a preservação dos sistemas existentes de coleta e destinação de efluentes além de angariar informações acerca do gerenciamento dos efluentes gerados nos terminais. Periodicamente, estes terminais fornecem laudos que comprovam a destinação dos seus efluentes de acordo com as legislações vigentes.

Estas fiscalizações visam atender ao Plano Sistemático de Fiscalização – PAF, que contempla uma análise integrada das principais ocorrências de caráter ambiental ocorridas na área do Porto Organizado. No período abrangido pelo presente relatório, foram realizadas 114 inspeções nas áreas públicas e terminais arrendados na Área do Porto Organizado com o objetivo de garantir a boa qualidade das águas do estuário e a adequada destinação dos efluentes líquidos gerados em função das operações portuárias.

Cabe ressaltar durante o ano de 2018 a CODESP envidou esforços para viabilizar a implantação do Programa de Monitoramento de Efluentes, de forma a atender à condicionante 2.5.1 da Licença de Operação nº 1382/2017, porém não houve êxito na contratação de uma empresa especializada que efetue sua execução até o término do ano.

Este programa deverá contemplar ações de monitoramento e fiscalização dos lançamentos de efluentes líquidos resultantes das operações do Porto Organizado de Santos, permitindo assim a adoção de medidas estruturais e/ou mitigatórias para a adequação de eventuais desconformidades.

Para tanto, o programa prevê ações como a elaboração de um Cadastro de Efluentes do Porto Organizado de Santos (a ser atualizado periodicamente após sua elaboração), identificação de desconformidade e proposição de soluções, apoio às atividades de fiscalização por parte da CODESP, acompanhamento dos monitoramentos dos efluentes gerados e procedimentos de controle, bem como a realização de amostragens em campo de forma a monitorar a qualidade dos efluentes drenados para o Estuário de Santos em pontos do Porto Organizado de Santos que apresentam maior potencialidade de contaminação, com vistas às cargas movimentadas nas adjacências e o histórico de ocorrências atendidas pela Autoridade Portuária.

Nesse sentido, a CODESP, cabe ressaltar que foi finalizada a elaboração de um Termo de Referência visando subsidiar a contratação de empresa especializada para a implementação da referida atividade, bem como a respectiva planilha de custos. Estima-se que o processo licitatório e a consequente implantação do programa sejam concluídos até o segundo semestre de 2019.

4.8. Monitoramento de Biota, Bioindicadores e Biomonitores

4.8.1. Biota aquática

As ações de monitoramento de fauna aquática no Porto Organizado de Santos são realizadas no âmbito dos programas de monitoramento ambiental previstos pela Licença de Operação Nº 1382/2017, referente à Regularização Ambiental do Porto Organizado de Santos, consistindo nas seguintes atividades:

- Subprograma de Monitoramento Ambiental da Área de Disposição Oceânica, onde constam monitoramentos da macrofauna bentônica, comunidade demersal bentônica e bioacumulação;
- Subprograma de Monitoramento da Qualidade de Organismos Bioindicadores - Bioacumulação na área a ser dragada;
- Subprograma de Monitoramento de Quelônios;
- Subprograma de Monitoramento da Macrofauna Bentônica e Comunidades Fito e Zooplanctônica; e
- Programa de Monitoramento de Espécies Exóticas Marinhas

Ressalta-se que o contrato da CODESP por meio do qual vinham sendo executados os subprogramas de monitoramento da Área de Disposição Oceânica, da Qualidade de Organismos Bioindicadores - Bioacumulação na área a ser dragada e da Macrofauna Bentônica, Comunidade Fitoplanctônica e Zooplanctônica encerrou-se no início de julho/17. Uma vez que não foi possível proceder com a continuidade do mesmo, as campanhas desses monitoramentos só foram executadas até o primeiro semestre de 2017. Em 2018, a CODESP viabilizou a abertura de processo licitatório para a contratação dos programas supracitados (**Anexo XXI**), no entanto, até o presente momento, não houve êxito na conclusão do referido certame licitatório.

Uma saída paliativa encontrada pela Autoridade Portuária para o solucionamento e equacionamento imediato dos problemas associados à falta de execução de parte dos programas ambientais da dragagem foi demandar que os terceiros interessados em utilizar o PDO executassem, temporariamente, campanhas dos monitoramentos suspensos (sob supervisão da CODESP), em contrapartida do uso da respectiva área de descarte.

Neste sentido, cabe ressaltar que em setembro de 2018 foi firmado Termo de Compromisso entre a CODESP e a empresa DP World Santos (EMBRAPORT), por

meio do qual ficou pactuado que, entre outras premissas, esta última iria executar os programas de monitoramento suspensos durante a execução de sua obra de dragagem (com previsão de duração de 05 meses) em contrapartida ao uso do PDO para o descarte dos sedimentos dragados. Entre estes programas, estão os monitoramentos da macrofauna bentônica, comunidade demersal bentônica e bioacumulação no PDO, o Subprograma de Monitoramento da Qualidade de Organismos Bioindicadores - Bioacumulação na área a ser dragada e o Subprograma de Monitoramento da Macrofauna Bentônica e Comunidades Fito e Zooplanctônica.

Assim sendo, faz-se de suma importância frisar que foram retomadas as campanhas dos programas acima elencados no mês de dezembro de 2018, sendo que os resultados obtidos serão apresentados ao IBAMA mediante o relatório consolidado anual, que deverá ser apresentado até o final de março de 2019.

É esperado que haja retomada da execução dos monitoramentos em questão por parte da CODESP ainda no primeiro semestre de 2019.

Por sua vez, o Subprograma de Monitoramento de Quelônios no Interior do Estuário se encontra vinculado a outro instrumento contratual, ainda vigente. Desta forma, o mesmo vem sendo executado normalmente.

Ainda é importante reiterar que, conforme já informado no relatório anual anterior (2017), foi encaminhada ao IBAMA uma proposta de escopo revisada para a execução destes monitoramentos, de forma a otimizar os resultados obtidos e os esforços envidados para a execução destas atividades. Entretanto, esta Autoridade Portuária ainda aguarda manifestação do IBAMA acerca da aprovação destes novos escopos para sua posterior implantação em substituição aos anteriores.



**a. Subprograma de Monitoramento Ambiental da Área de Disposição
Oceânica: Monitoramento da Estrutura da Comunidade Bentônica**

O objetivo deste subprograma é monitorar trimestralmente a estrutura da comunidade bentônica, identificando possíveis alterações na sua composição taxonômica, na riqueza, na abundância e na diversidade das espécies no Polígono de Disposição Oceânica – PDO e áreas adjacentes. Complementarmente, ainda que não seja o foco principal do programa, também é avaliada a ocorrência de espécies bioinvasoras e ameaçadas de extinção entre os táxons inventariados no âmbito do presente monitoramento.

Conforme já informado, foi executada uma campanha deste subprograma no mês dezembro de 2018.

**b. Subprograma de Monitoramento Ambiental da Área de Disposição
Oceânica: monitoramento das comunidades demersal-bentônica
e pelágica na área do Polígono de Disposição Oceânico (PDO)**

O monitoramento das comunidades demersal-bentônica e pelágica na área do Polígono de Disposição Oceânico (PDO) tem como objetivo monitorar os efeitos da disposição de materiais dragados na região do Porto de Santos sobre a comunidade demersal bentônica e pelágica e identificar possíveis alterações na composição de espécies e índices ecológicos, contemplando a avaliação da qualidade ambiental associada ao sedimento marinho oriundo da disposição de sedimentos dragados.

Complementarmente, ainda que não seja o foco principal do programa, também é avaliada a ocorrência de espécies bioinvasoras e ameaçadas de extinção entre os táxons inventariados no âmbito do presente monitoramento.

Conforme já informado, foi executada uma campanha deste subprograma no mês dezembro de 2018.



**c. Subprograma de Monitoramento Ambiental da Área de Disposição
Oceânica: bioacumulação na área do Polígono de Disposição
Oceânico (PDO)**

Este programa tem como objetivo monitorar a qualidade do pescado coletado na área do PDO e adjacências por meio das análises de bioacumulação em tecidos, durante as operações de dragagem de manutenção do Canal de Navegação do Porto de Santos.

A frequência das atividades de coleta do monitoramento de bioacumulação na comunidade de demersais bentônicos é semestral, sendo a mesma realizada concomitantemente à campanha de monitoramento da estrutura da comunidade demersal-bentônica e pelágica no PDO.

Conforme já informado, foi executada uma campanha deste subprograma no mês dezembro de 2018.

**d. Subprograma de Monitoramento da Qualidade de Organismos
Bioindicadores - Bioacumulação na área a ser dragada**

O programa tem como objetivo monitorar a qualidade do pescado coletado ao longo do canal do Porto de Santos por meio das análises de bioacumulação em tecidos, durante as operações de dragagem de manutenção do Canal de Navegação do Porto de Santos.

O monitoramento tem periodicidade semestral e contempla coletas nos quatro trechos do canal de navegação do Porto de Santos, além de uma área controle mais afastada, localizada no Canal de Bertiooga (Largo do Candinho).

Conforme já informado, foi executada uma campanha deste subprograma no mês dezembro de 2018.

Ressalta-se que o IBAMA, por meio do Parecer Técnico nº 105/2017-COMAR/CGMAC/DILIC, sugeriu que este subprograma seja futuramente encerrado

quando da implantação do Programa de Monitoramento da Dragagem a partir dos Sensores das Dragas. Destarte, espera-se que o mesmo seja encerrado no ano de 2019.

e. Subprograma de Monitoramento de Quelônios no Interior do Estuário

O presente programa consiste em campanhas semanais de avistamento de quelônios, onde é quantificada a frequência de ocorrência de tartarugas em quatro pontos de observação distribuídos ao longo do sistema estuarino de Santos.

Desde o início de 2018 até a data de fechamento do presente relatório, foram realizadas 49 campanhas semanais de avistamento de quelônios.

No **Anexo XIX** é apresentado o relatório abrangendo a metodologia do programa, bem como os resultados obtidos nestas campanhas.

f. Subprograma de Monitoramento da Biota Aquática nas Áreas Dragadas - Macrofauna Bentônica, Comunidade Fitoplanctônica e Zooplanctônica

O Subprograma de Monitoramento da Biota Aquática nas Áreas Dragadas - Macrofauna Bentônica, Comunidade Fitoplanctônica e Zooplanctônica contempla a avaliação semestral das comunidades planctônicas e bentônicas, visando acompanhar os possíveis impactos das dragagens de manutenção do canal de acesso ao Porto de Santos, berços e nas regiões adjacentes, bem como propor eventuais medidas mitigadoras.

Complementarmente, ainda que não seja o foco principal do programa, também é avaliada a ocorrência de espécies bioinvasoras e ameaçadas de extinção entre os táxons inventariados no âmbito do presente monitoramento.

Conforme já informado, foi executada uma campanha deste subprograma no mês dezembro de 2018.

g. Programa de Monitoramento de Espécies Exóticas Marinhas – Biota Bioinvasora

O Programa de Monitoramento de Espécies Exóticas Marinhas têm como objetivo o monitoramento de forma contínua a biota do Estuário de Santos com vistas à constatação da presença de espécies exóticas, tendo como base as coletas de organismos desenvolvidas no âmbito dos programas ambientais pertinentes desenvolvidos no âmbito da Licença de Operação do Porto de Santos, o desenvolvimento de material de conscientização à comunidade portuária acerca dos riscos oriundos da introdução de espécies bioinvasoras na região e a avaliação dos riscos pertinentes à invasão biológica, propondo medidas mitigatórias e preventivas, quando necessário. Ainda, dentro do escopo deste programa deverá ser elaborado um diagnóstico e banco de dados para a ocorrência de espécies exóticas na área do Porto Organizado de Santos.

Ressalta-se que a contratação deste programa, entre outras atividades, foi contemplada em um processo licitatório (Concorrência Nº 6/2017) iniciado em fevereiro/18. Entretanto, uma vez que o certame ainda não foi concluído até o final de 2018, a contratação do monitoramento em tela ainda se encontra pendente.

Diante do exposto, espera-se que ao longo de 2019 a CODESP consiga viabilizar a contratação e consequente implantação do Programa de Monitoramento de Espécies Exóticas Marinhas.

4.8.2. Programa de Monitoramento da Avifauna

O monitoramento das aves da região de manguezais do Porto Organizado de Santos faz parte do Programa de Monitoramento de Avifauna, previsto na condicionante 2.5.2 da Licença de Operação Nº 1382/2017. Os levantamentos de campo tiveram duração de 24 meses, com início em novembro de 2016. Em novembro de 2018 foi realizada a derradeira campanha e produzido o último relatório

compilado dos dois anos de monitoramento realizados. Foram registradas 129 espécies de aves na área de estudo, sendo dessas 11 ameaçadas de extinção, 13 endêmicas e 05 migratórias.

Foi possível avaliar, com base nas campanhas realizadas, que a região enfrenta diversas pressões antrópicas, não somente da atividade portuária. O principal impacto ambiental atribuído à região de estudo, e que influencia significativamente a comunidade de aves, é a redução de habitat, principalmente das áreas de manguezais e florestas. O relatório final será encaminhado ao IBAMA, assim que finalizado.

4.9. Monitoramento de Biota Bioinvasora

Conforme já informado no item anterior, não houve êxito na contratação do Programa de Monitoramento de Espécies Exóticas Marinhas até o final do ano de 2018. Não obstante, deve-se ressaltar que os demais subprogramas relacionados à biota aquática que contemplam a coleta de dados para subsidiar a avaliação da ocorrência de espécies bioinvasoras tiveram suas campanhas retomadas em dezembro/2018.

É esperado que ao longo de 2019 a CODESP consiga viabilizar a contratação e consequente implantação do Programa de Monitoramento de Espécies Exóticas Marinhas.

4.10. Educação Ambiental

A primeira etapa do Programa de Educação Ambiental - PEA foi realizada entre 2010 e 2011, no âmbito das condicionantes da Licença de Instalação nº 666/2009, que amparava a obra de dragagem de aprofundamento do canal de navegação do Porto de Santos.



Esta etapa inicial consistiu na elaboração de um Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP), no qual foram identificados e caracterizados os problemas, conflitos socioambientais, desafios e potencialidades das comunidades alvo. O diagnóstico envolveu oito comunidades: Monte Cabirão e Ilha Diana, no município de Santos, Santa Cruz dos Navegantes, Rio do Meio, Praia do Góes, Perequê, Sítio Conceiçãozinha e Sítio Cachoeira, no município de Guarujá.

Com vistas ao DSP, o IBAMA solicitou a continuidade do PEA com a implementação de projetos considerando as potencialidades apontadas pelo diagnóstico. Assim, no primeiro semestre de 2014 teve início a segunda fase do programa. Essa etapa consistiu no retorno às comunidades para atualização e complementação do DSP e construção participativa dos projetos.

Uma vez que a CODESP não dispõe de meios para a implantação de projetos de educação ambiental nas oito comunidades alvo de forma consecutiva, os mesmos vêm sendo implantados em uma comunidade por vez. A escolha das comunidades é feita com base nos critérios de vulnerabilidade ambiental aos impactos do empreendimento, nível de organização comunitária, existência de ações compensatórias e educativas, e receptividade ao PEA. Cabe destacar que a implementação desses projetos depende do cumprimento de etapas burocráticas, tais como sua aprovação pelo órgão ambiental e processos licitatórios para contratação de empresas para sua execução.

Entre janeiro e abril de 2018, a equipe responsável pela execução do PEA conduziu gradativamente o encerramento no apoio às atividades da Rede Social Colaborativa de Santa Cruz dos Navegantes, projeto construído de forma participativa na comunidade no âmbito do PEA. A Rede consiste em um espaço para reunir e organizar os projetos, empreendimentos e iniciativas comunitárias, de modo que os grupos se orientem por objetivos comuns, fortaleçam os laços de confiança e solidariedade, construindo caminhos de sustentabilidade para todos. Nesse sentido,



foi dada continuidade às atividades da Oficina de Cinema, por meio da produção de série de vídeos relacionados à realidade/história da comunidade e aos projetos/iniciativas envolvidas na Rede, bem como apoio para a realização de eventos relacionados à questão do empreendedorismo/economia solidária e do turismo de base comunitária.

É importante destacar que as todas as ações do PEA junto à comunidade, em especial com a construção da Rede, visaram empoderar a comunidade de Santa Cruz dos Navegantes de forma com que as ações pudessem ser conduzidas por parte das lideranças e demais envolvidos locais. Não obstante, em que pese o afastamento da equipe do PEA da CODESP, a mesma ainda se encontra a disposição e deverá ocasionalmente visitar a comunidade para verificação do andamento das ações implementadas, de forma a contribuir para que não se percam os avanços conquistados.

Entre abril e maio/18, a equipe do PEA também deu início às atividades para delineamento de projetos de educação ambiental junto à comunidade do Perequê, localizada no município do Guarujá/SP. Para tanto, inicialmente foi retomado o diálogo com a comunidade, por meio da qual foi retomada uma proposta já apresentada anteriormente pelos mesmos ao PEA, denominada “Projeto de Recuperação Ambiental do Rio do Peixe”.

Este consistia na realização de ações de remoção de resíduos domiciliares despejados irregularmente pelos moradores no Rio do Peixe, ações educativas para mudar esse cenário, bem como o diálogo com o poder público municipal em busca da resolução do problema relacionado à coleta e tratamento de esgotos. A demanda da comunidade eram recursos para a execução do projeto.

Considerando o exposto, a equipe técnica do PEA propôs à comunidade a construção participativa do projeto, dimensionando os recursos humanos e materiais, e o planejamento necessário para sua concretização. A construção participativa

contribuiu para o fortalecimento do grupo e sua qualificação para buscar recursos e parceiros para a implementação do Projeto Rio do Peixe. O produto desse processo é um instrumento de apoio para o protagonismo da comunidade na busca de fontes financiadoras para a execução do projeto.

Também foi realizada em junho/18 a oficina “Mapeamento Socioambiental Colaborativo do Perequê”. Essa oficina teve o objetivo de identificar e localizar os problemas/ conflitos socioambientais presentes na comunidade, bem como as possíveis soluções, ambos a partir da perspectiva e conhecimento dos próprios moradores.

Por fim, em setembro/18 a equipe acompanhou um mutirão de limpeza no Rio do Peixe na comunidade do Perequê. Entre diversos atores envolvidos, participaram desta atividade pescadores, a equipe do PEA e o grupo de lideranças mobilizado pelo PEA.

É importante destacar que o relatório anual de atividades do Programa de Educação Ambiental abrange o período de janeiro a dezembro do ano corrente. Nesse sentido, o cronograma estipulado para esta atividade prevê a consolidação do relatório anual do ano de 2018 entre os meses de janeiro e fevereiro de 2019, de forma que o mesmo possa ser protocolado junto ao IBAMA até o final do mês de março de 2019, em conformidade com o determinado pelo órgão ambiental.

Não obstante, no **Anexo XIX** são apresentados os relatórios mensais de acompanhamento desta atividade, onde constam a metodologia do programa, atividades realizadas e os resultados parciais obtidos durante o período contemplado por este documento.

4.11. Certificações

Com a implantação da sua Política Ambiental, a CODESP vem desenvolvendo diversas atividades alinhadas ao seu compromisso de assegurar a melhor alternativa

em serviços portuários, com a garantia de preservação de um ambiente sustentável, melhorando, continuamente, o nosso desempenho nessa área.

Ao longo de 2018 foram desenvolvidas ações de divulgação da Política Ambiental e dos Aspectos e Impactos Ambientais em todas as salas administrativas da CODESP. Em conjunto com a Assessoria de Comunicação da CODESP, foram realizadas campanhas de divulgação do Sistema de Gestão Ambiental através da rede interna e do disparo de *mailing* aos funcionários.

Foram realizadas reuniões com o grupo de auditores internos para programar a realização de auditoria que acontecerá no primeiro trimestre de 2019.

Todas estas ações têm como objetivo a certificação ISO 14001 – Sistemas de Gestão Ambiental.

4.12. Comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhas, indígenas e etc.)

4.12.1. Terras Indígenas

Num buffer de 50 km da área do Porto Organizado existem sete Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas cadastradas na FUNAI, sendo duas declaradas e cinco regularizadas, conforme apresentado na **Tabela 8** e **Figura 27** abaixo.

Uma vez que as terras indígenas estão distantes da área portuária, não existem ações relacionadas a tais comunidades.

Tabela 8: Terras Indígenas Cadastradas.

TERRA INDÍGENA	ETNIA	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE (ha)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
Guarani da Barragem	Guarani Kaiowa	São Paulo	26,3	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Guarani do Aguapeu	Guaraní	Mongaguá	4.372,26	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Guarani do Ribeirão Silveira	Guarani	Santos, São Sebastião	948,4	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Itaóca	Guarani Mbya	Mongaguá	533	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Krukutu	Guarani	São Paulo	25,88	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Rio Branco Itanhaém	Guaraní	Itanhaém, São Vicente, São Paulo	2.856,10	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Tenondé Porá	Guarani	Mongaguá, São Bernardo do Campo, São Paulo, São Vicente	15.969,00	Declarada	Tradicionalmente ocupada

Handwritten signatures and initials in blue ink.

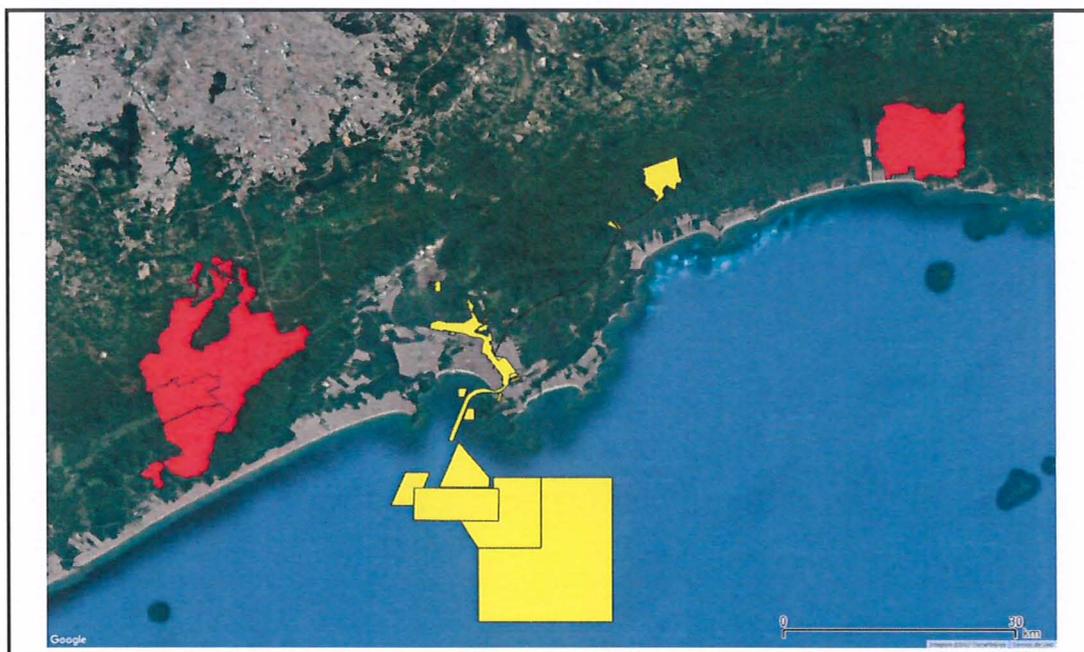


Figura 27: Área do Porto Organizado de Santos em amarelo e Terras Indígenas em vermelho.

4.12.2. Comunidades Quilombolas

Existem três comunidades quilombolas localizadas no entorno do Porto Organizado, entretanto, a mais de 18 quilômetros de distância da Vila de Itatinga (**Figura 28**). São elas: PDS Fazenda Vargem do Rio Jundiáí, PDS Santo Ângelo e PA Sítio Casa Grande, sendo as duas primeiras localizadas no município de Mogi das Cruzes e a última localizada no município de Biritiba-Mirim.

Uma vez que as comunidades quilombolas estão distantes da área portuária, não existem ações relacionadas a tais comunidades.

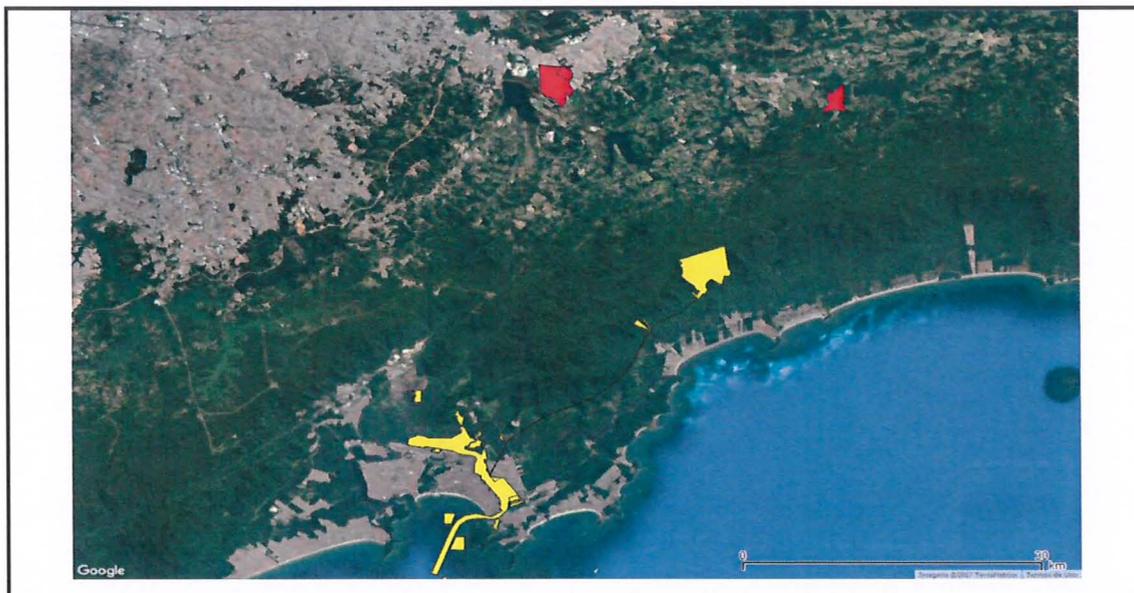


Figura 28: Área do Porto Organizado de Santos em amarelo e Comunidades Quilombolas em vermelho.

4.12.3. Comunidades Ribeirinhas

Nas proximidades e até mesmo no interior das áreas do Porto Organizado há presença de comunidades com vulnerabilidade socioambiental e que dependem ou não da pesca tradicional e de subsistência (**Figura 29**).



Figura 29: (1) Ilha Diana; (2) Monte Cabrão, ambas situadas no município de Santos, em sua porção continental; e (3) Praia do Góes; (4) Santa Cruz dos Navegantes; (5) Rio do Meio; (6) Conceiçãozinha; (7) Perequê; (8) Sítio Cachoeira, situadas no município de Guarujá.

4.13. Igualdade de Gênero e Direitos das Mulheres

Em 2018, a Uniporto (grupo de RH das empresas portuárias – idealizado pela CODESP) realizou palestras sobre Diversidade nas Organizações, dentre elas abordando sobre a inclusão de transexuais, travestis e transgeneros no Porto de Santos, tendo como palestrante a – Coordenadora Executiva da Comissão Municipal de Diversidade Sexual de Santos – Taiane Miyake.

Contou-se também com a presença da Coordenadora de Políticas para População Negra e Indígena da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Governo de São Paulo, Sra. Vânia Maria da Silva Soares, que abordou quanto ao Racismo Institucional e seus Efeitos no Mercado de Trabalho.

Ademais, é importante ressaltar que foram efetuadas duas palestras do Dr. Luiz Henrique Passador, antropólogo, doutor em Antropologia Social pela UNICAMP e professor da UNIFESP, que abordaram quanto “O homem e sua saúde” e “Paternidade - desejo, direito e compromisso”. Ambas as palestras contaram com um viés antropológico sobre as articulações entre gênero e saúde.

Deve reforçar que a CODESP possui o Comitê de Gênero, devidamente designado por Resolução do Diretor Presidente, o qual faz parte do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

4.14. Acessibilidade nos Portos

Em 2019, não houveram obras executadas por parte CODESP com a necessidade de atendimento à acessibilidade tratada na NBR 9050.

Não obstante, cabe elencar o andamento de algumas atividades conduzidas pela área de engenharia da CODESP relacionados à acessibilidade:

- Conclusão do Projeto Executivo da 2ª Fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda – Guarujá, que contempla os projetos de Mobilidade e Acessibilidade. A implantação do empreendimento depende de destinação de verba da União, que está condicionada ao processo de desapropriações de áreas no município do Guarujá, cuja gestão é de responsabilidade da SNP/MTPA;
- Estão sendo elaborados pela Portofer projetos para a implantação de passarelas de pedestres nos locais de travessia em nível com a linha férrea na Margem Direita (Passarela da Alfândega, Passarela do Canal no Mercado e Passarela da Praça da Santa). Após elaboração, os mesmos deverão ser encaminhados pela Portofer à Prefeitura Municipal de Santos, Ministério



Público Estadual, Ministério Público Federal e demais órgãos competentes para análise e aprovação (a previsão é que essa ação ocorra em 2019).

- Conclusão do Projeto de Reforma de Edifício (parte da edificação ocupada pelo OGMO – Av. Mário Covas). Contudo, a transferência do pessoal que ocupa as instalações do prédio da DIROP está sendo reanalisada pela CODESP.
- Conclusão do projeto arquitetônico para nova edificação a ser ocupada pela Delegacia de Apoio ao Turista do Porto de Santos, na região do Viaduto da Santa.

4.15. Relação Porto-Cidade

Em 2018, a CODESP patrocinou 12 (doze) projetos de natureza cultural, esportiva, social ou ambiental, os quais encontram-se descritos a seguir:

Descida das Escadas de Santos

A prova de ciclismo Descida das Escadas de Santos é uma referência da modalidade *Downhill* Urbano no Brasil. A disputa chega a sua 16ª edição, televisionada nacionalmente pela Rede Globo e internacionalmente pela Globo Internacional, e conta com 100 atletas por edição, recebendo competidores do Brasil e outros países. O evento gera grande impacto positivo nas comunidades dos morros santistas, movimentando e mobilizando os moradores e diversos agentes públicos e privados em função destas comunidades e contribuindo para a difusão do esporte.

Santos Jazz Festival

O Santos Jazz Festival é uma iniciativa pioneira que promove o acesso a música essencialmente brasileira nas vertentes do jazz em Santos e região. Apresenta anualmente uma programação extensa que inclui músicos da região, nacionais e internacionais, contribuindo para o fortalecimento de Santos como um pólo cultural. Durante quatro dias, são montados palcos em lugares abertos da cidade

onde o público tem a possibilidade de apreciar ampla grade musical e se qualificar por meio de workshops diversos.

Pinacoteca Benedicto Calixto

A Pinacoteca Benedicto Calixto é um dos principais aparatos culturais da cidade de Santos, recebendo mostras temporárias, apresentações musicais e teatrais, e com um importante acervo do pintor santista que lhe confere o nome. O casarão de 1900, tombado e administrado por uma entidade sem fins lucrativos, abriga exposições temporárias e de longa duração, apresentações musicais e eventos diversos, apoiando, divulgando e acolhendo, em suas instalações, manifestações artísticas e culturais da região.

Mantas do Brasil

Por meio da pesquisa marinha, divulgação científica, educação ambiental e ações de preservação da maior espécie de arraia do mundo, que é incidente no litoral da região (Manta birostris, desde 2012 categorizada como vulnerável à extinção), o projeto Mantas do Brasil visa conscientizar as novas gerações para que atividades predatórias sejam evitadas.

Atuando com programas de conscientização em comunidades de pescadores, escolas e feiras náuticas, e na coadministração do Parque Estadual Marinho da Laje de Santos, o Mantas do Brasil é um importante projeto ambiental para a preservação do ecossistema marinho do Estado de São Paulo.

Guerreiros sem Armas

O Instituto Elos atua desde 2000 com intervenções ativas em comunidades de risco e baixa renda, buscando o desenvolvimento social das regiões e populações impactadas de forma permanente e sustentável. No projeto Guerreiros sem Armas, buscam atingir comunidades carentes por meio da formação de lideranças e desenvolvimento dos pilares socioeconômico, sociocultural e socioambiental. O

projeto é reconhecido internacionalmente e, desde 1999, já formou 519 pessoas de 49 países em 10 edições, atuando diretamente em 27 comunidades no Brasil e no exterior.

FESCETE – Festival de Cenas Teatrais

Idealizado por um grupo de artistas, o Festival de Cenas Teatrais (FESCETE) promove há mais de 20 anos a formação de novos talentos e o intercâmbio cultural entre profissionais das artes e público. O festival conta com a participação de mais de 1.200 artistas da dança, teatro, música, poesia e artes visuais, fomentando a cultura regional por meio de cursos, debates, workshops, apresentações e exposições amplamente acessíveis à população da região de Santos.

Grande Ação: “Oceanos Livres de Plásticos”

O projeto “Oceanos Livres de Plásticos”, liderado pelo Instituto Pólis, está alinhado às mais recentes iniciativas internacionais para enfrentamento da poluição nos oceanos e redução da produção de resíduos. Por meio da promoção do debate e sensibilização da opinião pública, a Grande Ação realiza ações educativas, exposições e rodas de discussões entre especialistas e comunidades, com o objetivo de engajar os diversos atores sociais no tema do consumo consciente e manejo de resíduos, colaborando para a formação de uma consciência coletiva sustentável e prática.

Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental em Santos

Evento cultural de caráter educativo, a Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental torna acessíveis exibições de produções audiovisuais nacionais e internacionais, difundindo a conscientização e a discussão sobre as temáticas socioambientais. As projeções, que incluem filmes, inclusive voltados para o público infantil, são seguidas de rodas abertas de debate com participação de profissionais da

área ambiental, acadêmica, cineastas, representantes de empresas, ONGs e comunidades.

A mostra já passou por seis edições e chegou ao alcance de público de 160 mil pessoas por 30 cidades paulistas, o que mostra a pertinência e o interesse cada vez mais urgente sobre a temática promovida pela mostra.

Cine na Praça

Realizado desde 2012, o Cine na Praça promove o contato com o cinema para um público amplo e de forma gratuita, aproximando as pessoas de maneira irrestrita, democrática e inovadora. O projeto foi a primeira e única ação de cinema “open air” com programação perene e acesso livre, já tendo atingido um público estimado em 100 mil pessoas. As projeções são realizadas em alta definição e com som digital, garantindo a qualidade de exibição de produções voltadas para público amplo. Somado a isso, as obras passam por uma seleção que privilegia obras que favoreçam o debate e a discussão social, promovendo o acesso à cultura e a formação cidadã.

Projeto Guri

Com 22 anos de projeto social, o Projeto Guri é uma das grandes iniciativas nacionais de promoção da cidadania por meio da educação musical e prática coletiva da música. Em Santos, o Projeto Guri mantém um dos seus polos regionais, onde são desenvolvidos grupos de referência responsáveis por formar crianças, adolescentes e jovens que se encontram, em grande parte, em situação de vulnerabilidade social. O objetivo primordial da ação é alcançado pelo trabalho contínuo desses grupos e se baseia no pilar do projeto: o desenvolvimento social e cultural para a construção de uma sociedade mais pacífica, justa e igualitária.



Banda Musical e Coral – Lar das Moças Cegas

O Lar das Moças Cegas é uma referência de trabalho de assistência ao deficiente visual na região e como parte deste esforço, a Banda e Coral do Lar das Moças Cegas desenvolve a inclusão e autoestima dos portadores de deficiência por meio da prática musical. No projeto Banda Musical e Coral são atendidos alunos jovens e adultos, onde a música orquestrada e o canto são meios de inserção e desenvolvimento pessoal, gerando impacto positivo tanto na vida dos alunos atendidos quanto na comunidade que se beneficia das apresentações públicas do grupo.

O Som das Palafitas

O Som das Palafitas é um projeto de ocupação popular que acontece em formato de festival de música em quatro edições mensais ao longo do ano, promovendo a democratização do acesso à cultura por meio de apresentações abertas. Além de divulgar a produção cultural local, os eventos propiciam a inserção da população carente que vive nas palafitas e região da zona noroeste de Santos, dando a chance do público que vive em área de vulnerabilidade ter maior acesso à cultura. A iniciativa também trabalha objetivos paralelos como a transformação social e a geração de renda da comunidade local, por meio da movimentação que as apresentações proporcionam nas comunidades envolvidas.

4.16. Demais ações

Encontra-se contido no **Anexo XXII** o relatório contendo considerações acerca das etapas de execução do Projeto Básico de Engenharia para Implementação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Ilha Barnabé, referente ao Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Efluentes Líquidos e Fauna Sinantrópica Nociva, conforme cronograma físico-financeiro encaminhado, e em conformidade com a diretrizes da meta.

5. Campanhas e eventos realizados

Em junho de 2018, foi realizado o “Mês do Ambiente Sustentável” na CODESP e a escolha deste mês foi devido à celebração do dia do Meio Ambiente que é comemorado no dia 05 de junho desde 1972. Neste evento, foram realizadas palestras sobre “Resíduos Sólidos e Consumo Consciente: Descartando Velhos Hábitos” no dia 14/06/2018, “Pipoca no Set – Rede Social Colaborativa de Santa Cruz dos Navegantes” no dia 21/06/2018 e “Ajudando o ambiente Sustentável – Juntos podemos fazer mais e melhor” no dia 28/06/2018. No **Anexo XXIII** encontram-se cópias das listas de presença dos referidos eventos.

6. Anexos

A seguir é apresentada a listagem dos anexos citados ao longo do presente relatório. Adicionalmente, deve-se ressaltar que se encontra contido no **Anexo XXIV** um Plano de Ação para atendimento das condicionantes da LO Nº 1382/2017, no **Anexo XXV** um Cronograma de Trabalho para todos os itens percorridos neste documento que possuem ações já previstas para o ano, e no **Anexo XVI** as cópias de todos os contratos geridos pela área de meio ambiente e segurança do trabalho da CODESP cujos serviços foram citados no presente relatório.

Lista de Anexos

r
ANEXO I – Relação de treinamentos e capacitações realizados ao longo do ano de 2018;

d
ANEXO II – Plano de Resposta às Emergências em Saúde Pública no Porto de Santos Atualizado – Rev. 2018;

ANEXO III – Plano de Área do Porto de Santos e Região – Rev. 1;

Li
ANEXO IV – Plano de Emergência Individual – PEI;

- ANEXO V – Plano de Controle de Emergências – PCE;
- ANEXO VI – Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA (2007 – 2018);
- ANEXO VII – Plano de Ajuda Mútua – PAM;
- ANEXO VIII – Planilha de controle das armadilhas de monitoramento do mosquito *Aedes aegypti* e Mapas semanais de monitoramento do mosquito *Aedes aegypti*;
- ANEXO IX – Relatórios de inspeção com o auxílio dos Drones;
- ANEXO X – Relatórios Semanais - Contrato DIPRE/61.2017;
- ANEXO XI – Relatórios Mensais - Contrato DIPRE/61.2017;
- ANEXO XII – Resolução CODESP DP Nº 44/2007 - Regula a movimentação de Mercadorias Classificadas pela IMO;
- ANEXO XIII – Matrizes de Ação de Emergência – PCE;
- ANEXO XIV – CLCB e AVCB emitidos pelo Corpo de Bombeiros em 2018;
- ANEXO XV – Plano Anual de Fiscalização;
- ANEXO XVI – Checklist de Inspeção de Fauna Sinantrópica Nociva;
- ANEXO XVII – Resolução DIPRE Nº 128.2018, de 10 de Setembro de 2018;
- ANEXO XVIII - Planilhas de Acompanhamento das Estações de Monitoramento para o Parâmetro de Partículas Inaláveis – MP10;
- ANEXO XIX – Relatórios Mensais DP Nº 25/2015;
- ANEXO XX – Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- ANEXO XXI – Documento correlatos à Concorrência Nº 06.2017;
- ANEXO XXII – Relatório – Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Efluentes Líquidos e Fauna Sinantrópica Nociva;
- ANEXO XXIII – Comprovantes Campanhas e Eventos;
- ANEXO XXIV - Plano de Ação para atendimento das condicionantes da LO Nº 1382/2017;
- ANEXO XXV - Cronograma de Trabalho;
- ANEXO XXVI – Cópias dos Contratos.

**EQUIPE TÉCNICA – RELATÓRIO ANUAL (2018) DE ATIVIDADES DOS SETORES
DE GESTÃO AMBIENTAL, SAÚDE E SEGURANÇA – PORTARIA SEP Nº 104/2009**



Luis Antonio Nogueira Junior
Coordenador
Registro: 36.278/6



Daniel Ragoneti de Moraes
Médico Veterinário
Registro 36.571 8
CRMV - 20407



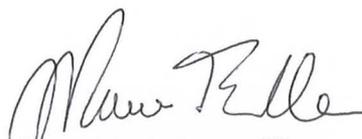
Jurandyr Signer
Coordenador
Registro: 36.145/3



Jean Carlos Silva
Chefe de Serviços
Reg.: 36.141/-



Deborah Zambrotti
Gerente de Controle Ambiental
Registro: 36.846-6



Mauricio B. Gaspar Filho
Chefe de Serviço – Oceanógrafo
Registro 36.244-1